

Aula 00

*História do Brasil p/ MP-GO (Oficial de
Promotoria e Secretário Auxiliar)
Pós-Edital*

Autor:
Sergio Henrique

01 de Outubro de 2020

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial.....	2
1. O Processo de Independência do Brasil	3
<i>1.1. Primórdios da Independência e Primeiro Reinado</i>	<i>3</i>
<i>1.2. Período Regencial (1831-1840).....</i>	<i>7</i>
2. Exercícios.....	11



00. BATE PAPO INICIAL

Estudar para concursos públicos é um desafio, que precisa do auxílio de uma equipe de professores, que oriente seus estudos de forma dinâmica, para poupar o máximo de tempo, que é talvez o recurso mais precioso do concurseiro. Para acelerar os estudos, o Estratégia Concursos decidiu desenvolver versões simplificadas de cada aula escrita.

A ideia deste material é abordar de forma simples, os principais tópicos dos conteúdos em História, que são mais cobrados nos concursos. É um material bem enxuto, objetivo e direcionado. Os temas pouco abordados nas provas foram suprimidos, para ser uma síntese bem rápida, que irá ajudar na economia do tempo. As questões selecionadas são as mais importantes das principais bancas, em que destaquei as da Vunesp e as da FGV, pois possuem abordagens muito interessantes, e são modelos de boas avaliações.

Um texto simplificado e sintético, seguido de um eficiente questionário de revisão de conteúdo, e enfim, uma coletânea de questões aplicadas em concursos.

Essa é a primeira versão simplificada, uma versão “beta” que está sendo aperfeiçoada. Qualquer sugestão, pode entrar em contato diretamente comigo, pelo Instagram *@professorsergiohenrique*, ou no fórum de dúvidas. É muito importante sua opinião e se você quiser, gostaria muito do seu relato sobre a experiência com o curso e sugestões para atendê-los melhor.



1. O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL



1.1. PRIMÓRDIOS DA INDEPENDÊNCIA E PRIMEIRO REINADO

1. A História do Brasil Império começa enquanto resultado da crise do sistema colonial, evidenciada desde o final do século XVIII e início do XIX, além dos problemas sociais e insatisfação com o domínio metropolitano, que desencadearam algumas revoltas, por exemplo, a Inconfidência Mineira (1789), Conjuração Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana de 1817, que procuravam, dentre outros fatores, romper com a dominação colonial e estabelecer a independência política do Brasil.
2. Neste período, pode-se estabelecer três importantes grupos sociais presentes na Colônia: os **colonizadores** (ou reinóis, nascidos em Portugal), os **colonizados** (escravos africanos, indígenas, brancos livres e pobres) e os **colonos** (senhores de engenho, fazendeiros de algodão e tabaco, pecuaristas, proprietários de minas de ouro e diamantes, dentre outros).
3. No contexto europeu, podemos destacar um importante fator que contribuiu para a vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil: as invasões napoleônicas do início do século XIX. Em 1806, Napoleão Bonaparte decretou o **bloqueio continental**, a partir do qual os países europeus deveriam fechar seus portos à Inglaterra.
4. Portugal procurou se manter neutro aos embates entre França e Inglaterra, uma vez que grande parte dos comerciantes de Portugal mantinham relações com o mercado inglês. Além disso, a marinha inglesa poderia reagir e invadir as colônias portuguesas, o que causaria inúmeros danos a Portugal. Os franceses, contudo, não aceitaram tal indefinição e invadiram Portugal, ocasionando a transmigração da Corte ao Brasil, sob a proteção inglesa, no ano de 1808.
5. Diante dessa situação, a Inglaterra procurou se aproveitar e pressionou D. João a acabar com o monopólio comercial sobre a colônia, o que foi estabelecido ainda em 1808 com a **abertura dos portos às nações amigas**, ou seja, ao comércio internacional, inclusive à Inglaterra.
6. Tal medida possibilitou que os comerciantes da colônia obtivessem uma ligeira liberdade e, assim, incentivou o processo de emancipação gradual do Brasil em relação à Portugal.
7. Um mês após ter chegado a Salvador, D. João se instalou no Rio de Janeiro e organizou a estrutura monárquica portuguesa, nomeando ministros de Estado, criando órgãos públicos, instalando Tribunais de Justiça e criando o Banco do Brasil. Além disso, seu governo também foi responsável pela fundação de escolas de medicina, Jardim Botânico, Biblioteca Real, Imprensa Régia, Academia de Belas Artes.



8. Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal, Brasil e Algarves, deixando, na prática, de ser colônia portuguesa e passando a adquirir autonomia administrativa. Tal fato se deve às definições do Congresso de Viena, de 1815, que estabelecia que as antigas monarquias europeias depostas por Napoleão deveriam reassumir seus tronos. O Congresso reconhecia apenas Lisboa como sede do Governo Português, o que colocava a situação de D. João no Brasil como ilegítima. Tal situação foi temporariamente resolvida com a elevação à categoria de Reino Unido, preservando o trono português à Dinastia de Bragança. Contudo, a situação causou grande insatisfação em Portugal, uma vez que o Brasil passou de colônia a sede do Reino Português. Esta “inversão” nos papéis foi questionada e foi um dos fatores da **Revolução Liberal do Porto**, em 1820.
9. A Revolução do Porto espalhou-se por Portugal, obtendo apoio entre camponeses, militares e profissionais liberais. Elaborou-se uma nova Constituição, de caráter liberal, que limitava os poderes de D. João VI, sendo que exigiam o seu retorno à Portugal, algo que foi postergado até abril de 1821, quando, enfim, ele regressa à Portugal, deixando seu filho Dom Pedro enquanto Príncipe Regente do Brasil.
10. As chamadas **Cortes de Lisboa**, que passaram a controlar Portugal após a Revolução de 1820, tomaram medidas que restringiam a autonomia do governo brasileiro, o que enfraquecia a autoridade de D. Pedro. Com isso, passaram a exigir o retorno do príncipe regente à Portugal.
11. D. Pedro, diante da situação, teve o apoio de grande parte dos latifundiários e grandes comerciantes brasileiros, organizando-se em favor da sua permanência e dando origem àquele que ficou conhecido como o **Partido Brasileiro**, o qual contava com lideranças como José Bonifácio, Cipriano Barata e Gonçalves Ledo. Este partido elaborou um documento pedindo que D. Pedro permanecesse no Brasil, sendo que no dia 09 de janeiro de 1822 o então príncipe regente declarou que permaneceria no Brasil. Este dia entrou para a História do Brasil como o **Dia do Fico**.
12. Os membros das Cortes de Lisboa continuaram tentando reduzir a autoridade de D. Pedro, contudo, o rompimento político com Portugal se deu, efetivamente, no dia 07 de setembro de 1822, quando foi proclamada a **Independência do Brasil**. O príncipe regente foi aclamado, enfim, imperador e recebeu o título de D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822, dando início ao período conhecido como o **Primeiro Reinado** (1822-1831).





13. Durante o Primeiro Reinado, a participação da população foi pouco expressiva, sendo que o poder permaneceu nos grupos dominantes da ex-colônia e, sobretudo, na figura de Pedro I.
14. Dentre as principais diferenças entre o Brasil e as demais nações americanas, no que diz respeito à sua independência, temos que o Brasil esteve sob um regime monárquico, enquanto as demais nações, como Argentina e Uruguai, por exemplo, proclamaram um regime republicano.
15. A Inglaterra foi um dos primeiros países a reconhecer a independência brasileira, sendo que o país exigiu o fim do tráfico negreiro, em acordo feito em 1826. Em 1831, foram declarados livres os escravos vindos da África a partir de então, contudo, tal lei não foi cumprida. Vem deste período, por exemplo, a expressão “**Pra inglês ver**”, uma vez que os tratados não eram obedecidos na prática, apenas em teoria.
16. Em 1823, os deputados da Assembleia Constituinte, reunidos no Rio de Janeiro, procuraram fazer um projeto de **Constituição**, sendo que dentre os seus principais aspectos, temos: oposição aos portugueses, limitação dos poderes do imperador e ampliação do Poder Legislativo, manutenção do poder nas mãos dos grandes proprietários rurais. Para votar, o projeto estipulava que o eleitor deveria possuir uma renda mínima anual de 150 alqueires de mandioca. Para ser eleito, o representante também deveria ter renda elevada em alqueires do mesmo produto, motivo pelo qual este projeto ficou conhecido como a **Constituição da Mandioca**.
17. D. Pedro, recusando tal projeto, uma vez que este limitava seus poderes, **dissolveu** a Assembleia Constituinte de 1823, sob o apoio do Partido Português, que procurava reatar



os vínculos com Portugal. Diante disso, o imperador nomeou uma comissão composta por 10 brasileiros natos, responsáveis pela elaboração de uma nova Constituição, tendo sido esta **outorgada** (imposta) por D. Pedro I em 25 de março de 1824.

18. A Carta Magna de 1824 estabelecia a submissão da Igreja Católica ao controle político do imperador (regime do **padroado**), um novo sistema eleitoral (que excluía as mulheres, escravos, indígenas, além de grande parte dos homens que não obtivessem uma renda mínima) e a existência de 4 poderes: **Judiciário** (que fiscalizava o cumprimento das leis), **Legislativo** (responsável pela elaboração das leis), **Executivo** (encarregado da administração pública e exercido pelo imperador e seus ministros de Estado) e **Moderador** (exclusivo ao imperador e acima dos demais poderes, concedia autonomia ao chefe do Executivo para nomear ministros, senadores, juízes, demitir presidentes de províncias, dissolver Câmaras, vetar atos do Legislativo, dentre outros).
19. Com tais atitudes, D. Pedro I enfrentou algumas revoltas entre políticos de pensamento liberal. A mais contundente deste período foi a **Confederação do Equador**, ocorrida em Pernambuco em julho 1824. A elite da província estava insatisfeita com a queda nas exportações do açúcar, os pequenos comerciantes, militares de baixa patente, mestiços, negros livres e escravos se encontravam em grande miséria. Unindo-se em ideias contrárias à Monarquia e sob a liderança de Cipriano Barata e Frei Caneca, defendiam a instalação de um regime republicano com poder descentralizado, concedendo maior autonomia às províncias.
20. Após a nomeação de um novo presidente da Província de Pernambuco, os revoltosos, liderados por Manuel Pais de Andrade (antigo presidente da província) tentaram organizar a Confederação do Equador, reunindo as províncias do Nordeste sob uma República Federalista, expandindo-se para o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe e Alagoas. Contudo, após a saída das elites, que discordavam do fim do tráfico negreiro e da igualdade social, principais bandeiras do movimento, a revolta enfraqueceu e não resistiu à repressão do governo imperial. Diversos líderes foram presos e condenados à morte, como o próprio Frei Caneca.
21. Frente a uma sucessão de crises, a popularidade de D. Pedro caiu significativamente. Fruto do fechamento da Constituinte, em 1823, a imposição da Constituição de 1824, a violência contra a Confederação do Equador, a falência do Banco do Brasil, em 1829, além das mortes e despesas com a **Guerra da Cisplatina**, conflito entre Brasil e Argentina pela posse da Colônia de Sacramento, na região do Rio da Prata, cujo término se deu em 1828 e que resultou na criação de um novo país, a República Oriental do Uruguai, o desgaste da imagem do imperador foi marcante.
22. Outro fator importante de sua impopularidade diz respeito à participação da imprensa na vida política do século XIX: em novembro de 1830, Líbero Badaró, um dos líderes da imprensa de oposição ao governo, foi assassinado, sendo que a opinião pública acreditava que sua morte tinha ligações com D. Pedro. Diante deste cenário, o imperador viajou para Minas Gerais, sendo recebido com hostilidade pela população. Como resposta a tal atitude, o Partido Português organizou uma festa de recepção no Rio de Janeiro, impedida, contudo,



pelos políticos liberais. No dia 13 de março de 1831, o embate entre brasileiros e portugueses no Rio de Janeiro ficou conhecido como a **Noite das Garrafadas**.

23. Diante de tal situação, o imperador decidiu **abdicar** ao trono em 07 de abril de 1831, tendo partido para a Europa em busca do trono português. Deixou seu filho Pedro de Alcântara, então com 5 anos, como seu herdeiro. Pela Constituição de 1824, o Brasil deveria ser governado por um conselho de três **regentes**, eleitos pelo Legislativo, até Pedro de Alcântara completar 18 anos. Tem início, assim, o chamado Período Regencial Brasileiro.



1.2. PERÍODO REGENCIAL (1831-1840)

- O período regencial é marcado por disputas políticas em jornais, no Parlamento e, em alguns casos, em revoltas sociais. Com a abdicação de D. Pedro, três grupos políticos dominavam o poder: os **restauradores**, **liberais exaltados** e **liberais moderados**.
 - Restauradores:** defendiam regime absolutista e centralizador com a volta de Pedro I.
 - Liberais exaltados:** descentralização do poder, autonomia administrativa e sistema federalista, além do fim da monarquia e instalação da república.
 - Liberais moderados:** preservação da unidade territorial. Defendiam a monarquia, mas sem absolutismo. Defendiam a permanência da escravidão e manutenção da ordem social.
- Em 1837, os liberais moderados dividiram-se em **progressistas e regressistas**. Os primeiros defendiam um governo forte e centralizado no Rio de Janeiro, mas eram dispostos a concessões aos liberais exaltados, como delegar uma maior autonomia às províncias. Os



regressistas eram favoráveis ao fortalecimento do Legislativo, centralizado no Rio, e contrários à liberdade administrativa das províncias. A partir de 1840, os regressistas assumiriam a denominação de **Partido Conservador** (saquaremas) e os progressistas, de **Partido Liberal** (luzias).

3. O país foi governado, entre 07 de abril e 07 de junho de 1831, por uma **Regência Trina Provisória**, composta pelos senadores Carneiro de Campos, Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva, até que a Assembleia Legislativa pudesse se reunir e escolher os membros permanentes. Adotaram medidas de caráter mais liberal, as quais duraram até 1837, como a anistia aos presos políticos, suspensão **parcial** do Poder Moderador e readmissão do Ministério dos Brasileiros (demitido por D. Pedro em abril de 1831).
4. A **Regência Trina Permanente** durou entre 1831 e 1835, formada pelos deputados João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva. Nomearam o padre Diogo Feijó como ministro da Justiça, o qual acabou com as agitações populares e revoltas ao governo central. Em agosto de 1831, portanto, criaram a **Guarda Nacional**, uma polícia de confiança do governo e dos proprietários rurais, cuja existência perdurou até 1922.
5. Em 1834, os moderados promoveram uma reforma na Constituição, conhecida como **Ato Adicional**, uma tentativa de harmonizar as forças em disputa no país. Neste sentido, estabelecia que a Regência deixava de ser trina e passava a ser una, além de extinguir o Conselho de Estado e criar as Assembleias Legislativas provinciais.
6. Pelo determinado no Ato, novas eleições foram realizadas e Diogo Feijó foi eleito, representando a **Regência Una** entre 1835 e 1837. Seu governo, ligado à ala progressista dos moderados, enfrentou oposição dos regressistas, além de sofrer com as chamadas **revoltas regenciais**, como a Cabanagem (Pará) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul). Quando faltavam 2 anos para o término do mandato, Feijó renunciou ao cargo, sendo substituído através de eleições por Pedro de Araújo Lima, o que representa um triunfo para os conservadores regressistas.
7. Em meio a este cenário de instabilidades políticas, é preciso destacar as principais revoltas regenciais ocorridas entre as décadas de 1830 e 1840, que marcaram o contexto político-social do Brasil.
8. A **Cabanagem** ocorreu no Pará, entre 1835 e 1840, e contou com a participação de **cabanos**, homens e mulheres pobres, negros, indígenas e mestiços que viviam em casas à beira de rios, semelhantes a cabanas. Dentre seus objetivos, procuravam acabar com as desigualdades sociais e a exploração, defendiam o fim da escravidão e a distribuição de terras para os lavradores. Devido à sua desorganização, o movimento foi reprimido pelas tropas enviadas pelo governo, sendo que cerca de 30 mil revoltosos foram mortos e, aqueles que sobreviveram, foram presos.
9. A **Revolução Farroupilha**, ocorrida no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845, contestava os problemas econômicos dos produtores rurais gaúchos. Os produtores reclamavam da concorrência do **charque** (carne seca) vindo do Uruguai e Argentina, os quais eram importados ao Brasil com impostos mais baixos e, conseqüentemente, reduzia as vendas e lucros do charque sulino. Os gaúchos foram liderados por Bento Gonçalves, Davi Canabarro



e Giuseppe Garibaldi, chegando a fundar, inclusive, a **República Rio-Grandense** (também chamada de República de Piratini) em 1836. Em 1839, o movimento se expandiu para Santa Catarina, na qual foi fundada a **República Juliana**. A partir de 1842, a Revolução começou a ser contida por meio de ações militares, sobretudo aquelas feitas pelo futuro Duque de Caxias. Em 1º de março de 1845, ocorreu um acordo entre as tropas imperiais e os farroupilhas, assegurando vantagens exigidas pelos gaúchos.

10. Em 1835 ocorreu, também, a **Revolta dos Malês**, em Salvador, liderada por uma maioria de escravos muçulmanos em busca de liberdade. A revolta, contudo, foi denunciada e o movimento foi antecipado para a noite de 24 de janeiro de 1835. Porém, muitos rebeldes morreram no combate, outros foram presos e muitos, açoitados ou fuzilados.
11. No ano de 1837, a **Sabinada** ganhou importância, também em Salvador, mas dessa vez em um movimento que procurava instituir uma república na província. De início, teve apoio de parte do exército baiano, mas muitos fazendeiros temiam uma revolta contra o modelo escravocrata brasileiro, o que os prejudicaria financeiramente. Dessa forma, no ano seguinte a revolta estava contida. Ao contrário da Cabanagem, os líderes da Sabinada eram homens cultos e de posses, sendo que a maioria deles não foi morta, mas degradada para outras regiões. O médico Francisco Sabino, por exemplo, foi preso e levado para o Mato Grosso.
12. A **Balaiada**, finalmente, ocorreu entre 1838 e 1841 na província do Maranhão. Vaqueiros, sertanejos e escravos uniram-se para lutar contra a miséria, a fome e a escravidão, sob a liderança de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (produtor de balaios, daí o nome da revolta), Cosme Bento das Chagas e Raimundo Gomes. Ainda que pouco organizados, conquistaram a cidade de Caxias, mas não possuíam muita clareza quanto aos seus objetivos após a tomada da cidade. Dessa forma, passaram o comando ao grupo dos **bem-te-vis** (profissionais urbanos maranhenses). Para conter a revolta, o governo enviou tropas que, a essa altura, já contavam a deserção dos bem-te-vis e seu consequente apoio, pelo qual derrotaram os balaios em 1841, quando já haviam morrido cerca de 12 mil sertanejos e escravos.
13. A **Regência Una** de Araújo Lima ocorreu entre 1838 e 1840. O novo governo passou a reprimir violentamente as revoltas, centralizando o poder nas mãos do Chefe do Executivo. Para tanto, em 12 de maio de 1840 foi criada a **Lei Interpretativa do Ato Adicional**, que reduzia o poder das províncias e subordinava os órgãos da polícia e da justiça ao poder central.
14. O grupo dos regressistas, em oposição à regência de Araújo Lima, passaram a defender que a melhor forma de preservar a unidade territorial e autoridade do governo central seria transferir o poder para as mãos de Pedro de Alcântara, filho de Pedro I. Para isso ocorrer, fundou-se o **Clube da Maioridade**, cujo objetivo era o de antecipar a maioridade do príncipe junto à Assembleia Nacional, obtendo apoio dos progressistas e parte dos regressistas.
15. Em 1840, a Assembleia aprovou a maioridade, naquele que ficou conhecido como o **Golpe da Maioridade**. Pedro de Alcântara foi aclamado imperador, sob o título de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840, com 14 anos, dando início ao período da História Imperial conhecido como o **Segundo Reinado**.





2. EXERCÍCIOS

1. (FGV - Adaptada)

A partir da década de 1970, ganhou espaço a interpretação de que o imperialismo inglês foi a causa da Guerra do Paraguai, deflagrada em dezembro de 1864. Segundo essa vertente, o trono britânico teria utilizado o Império do Brasil, a Argentina e o Uruguai para destruir um suposto modelo de desenvolvimento paraguaio, industrializante, autônomo, que não se submetia aos mandos e desmandos da potência de então. Estudos desenvolvidos a partir da década de 1980, porém, revelam um panorama bastante distinto.

(Francisco Doratioto. Paraguai: guerra maldita. Em: Luciano Figueiredo, *História do Brasil para ocupados*, 2013. Adaptado)

Os novos estudos sobre a Guerra do Paraguai

A) questionam a superioridade militar da aliança entre Argentina, Brasil e Uruguai e consideram que a vitória dessas nações derivou mais de algumas circunstâncias favoráveis do que da competência bélica.

B) apontam para o expansionismo territorial do Império do Brasil como o principal causador dessa guerra, como pode ser verificado por meio das pretensões brasileiras por territórios divisos com o Paraguai e a Argentina.

C) atribuem a responsabilidade do conflito aos quatro países envolvidos, que estavam em um momento particular de suas histórias, porque se encontravam em meio aos processos de construção e consolidação dos Estados Nacionais.

D) demonstram como a inabilidade diplomática das nações envolvidas provocou uma guerra prolongada e muito cara, que, em última instância, gerou forte dependência econômica da região durante o resto do século XIX.

E) realçam a importância do Uruguai e da Argentina como provocadores desse conflito regional porque defendiam que a navegação do estuário do Prata fosse exclusividade dessas nações, trazendo imediato prejuízo à Inglaterra.

Comentários

A questão trazida pela banca possui um nível mediano de dificuldade, uma vez que ela abrange algumas características historiográficas acerca da Guerra do Paraguai ao invés do fato em si. Contudo, é possível que a resolvamos a partir de uma leitura e interpretação atentas do texto. Neste sentido, começaremos falando que a alternativa correta é a letra [C].

Podemos entender isso uma vez que os novos estudos sobre a Guerra do Paraguai (ocorrida entre 1864 e 1870), desenvolvidos a partir da década de 1980, atribuem a responsabilidade do conflito aos quatro países envolvidos (Argentina, Uruguai, Brasil e Paraguai), que estavam em um momento particular de suas histórias porque se encontravam em meio aos processos de construção e



consolidação dos Estados Nacionais. Analisemos, a partir de agora, um pouco mais a respeito do assunto.

Ainda que a interpretação apresentada na alternativa sobre as origens da Guerra do Paraguai estabeleça certa homogeneidade para os países envolvidos, sem levar em conta as suas singularidades, é correto considerar que o conflito teve como causa os interesses individuais de cada país participante. Podemos destacar, por exemplo, o projeto expansionista do Paraguai e a hegemonia brasileira na região da Bacia Platina, fundamentais para que os países envolvidos atuassem mais diretamente na luta pelos seus interesses.

Com relação à Historiografia sobre a Guerra do Paraguai, é importante destacar que ela sofreu mudanças significativas no decorrer dos anos, passando por três principais momentos: o primeiro abrange os livros escritos no período que se estende da década de 1920 até a década de 1960, cuja visão predominante do conflito era a **patriótica**, pautada pela ambição expansionista engendrada por Solano López. Além disso, também se atribuía ao Império Brasileiro e à Argentina de Bartolomé Mitre a responsabilidade pela guerra; o segundo momento compreende os estudos divulgados a partir da década de 1960, que desenvolvem uma visão crítica ao **imperialismo** do conflito, que teria sido motivado pelos interesses da Inglaterra, responsável por impedir a ascensão militar e econômica do Paraguai; por fim, temos o terceiro momento historiográfico, que agrupa as obras editadas a partir da década de 1980, dentre as quais destacam-se os livros de Francisco Doratioto, de caráter mais inovador e **menos tendencioso**. Nesta terceira corrente, percebemos uma abordagem que acredita que a Guerra do Paraguai foi a consequência dos processos de construção dos Estados nacionais dos países envolvidos.

De acordo com o que foi exposto, podemos entender que os estudos elaborados entre 1970 e, sobretudo, 1980, evidenciaram que, além dos países envolvidos no conflito (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), a Inglaterra também teve papel decisivo na ocorrência da Guerra do Paraguai, incentivando e financiando a Tríplice Aliança no conflito contra o Paraguai.

Gabarito: C

2. (FGV - Adaptada)

Empreiteiro da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, o imigrante norte-americano David Sompson decidiu dar fim à própria vida na noite de 29 de outubro de 1869, em Sapucaia, província do Rio de Janeiro. Por ser protestante e suicida, Sompson foi enterrado do lado de fora dos muros do cemitério. O diretor da companhia chegou a solicitar a realização de um sepultamento digno para seu funcionário, mas foi em vão: sob a justificativa de impedir a “profanação das almas”, o vigário-geral não autorizou o enterro no mesmo espaço sagrado dos católicos – “Tenho a honra de declarar que as leis da Igreja Católica proibem o enterrar-se em sagrado aos que se suicidam, uma vez que antes de morrer não tenham dado sinais de arrependimento, acrescendo a circunstância no presente caso de ser o falecido protestante”.

Em 20 de abril de 1870, o imperador D. Pedro II tomou conhecimento do parecer e concordou com a opinião dos membros do Conselho de Estado: “Recomende-se aos Reverendos Bispos que mandem proceder às solenidades da Igreja nos cemitérios públicos, para que neles haja espaço em que possam enterrar-se aqueles a quem a mesma Igreja não concede sepultura em



sagrado. E aos Presidentes de Província que providenciem para que os cemitérios que de agora em diante se estabelecerem se reserve sempre para o mesmo fim o espaço necessário”.

Sérgio Augusto Vicente. Segregação dos mortos, 1.2.2015. In *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº 113, fevereiro de 2015. Adaptado.

A partir do fato apresentado e do contexto do Segundo Reinado, é correto afirmar que a segregação dos mortos

A) marcou os primeiros embates da chamada Questão Religiosa, que opôs o recém-fundado Partido Republicano Paulista, patrono do projeto legislativo que revia o padroado, contra a cúpula da Igreja Católica no Brasil, que advogava a necessidade de as escolas básicas estarem sob a administração das ordens religiosas.

B) decorreu dos preceitos constitucionais do Império que atribuíam à Igreja Católica prerrogativas superiores às do Estado em algumas questões, caso dos sepultamentos, mas tais prerrogativas estavam sendo revistas pelo Legislativo, e o Imperador defendia, desde o início do seu reinado, a separação entre a Igreja e o Estado.

C) representou a etapa final de um longo processo de desgaste nas relações entre o governo imperial e as mais importantes lideranças da Igreja Católica brasileira, porque havia novas posições católicas que, desde 1850, condenavam a ausência de propostas objetivas para a extinção do trabalho compulsório no Brasil.

D) revelou uma face das contradições entre o poder espiritual da Igreja e o poder secular da Monarquia brasileira, em uma conjuntura na qual a hierarquia eclesiástica esforçava-se para ampliar sua autonomia perante as políticas do Estado e o Imperador buscava a conciliação dos interesses da religião oficial com o direito civil dos não católicos.

E) anunciou um novo patamar nas relações entre o Estado e as religiões no país, em especial a Igreja Católica, porque o princípio constitucional que permitia apenas a prática do culto católico no Brasil estava em debate público e dom Pedro II já havia manifestado a sua simpatia a uma ampla liberdade religiosa.

Comentários

Esta questão exigia mais a interpretação de texto do que propriamente um conhecimento aprofundado e prévio sobre a segregação dos mortos. Neste sentido, a banca traz um excerto em que podemos observar, dentre outras características, o sepultamento de uma pessoa que cometeu suicídio em 1869, portanto, durante o Segundo Reinado (1840-1889). No presente caso, David Sompson, protestante e suicida, foi enterrado do lado de fora do cemitério, o que nos traz alguns indícios acerca do poder espiritual da Igreja, em oposição ao poder secular da monarquia. Analisemos com mais detalhes acerca desse assunto.

A primeira Constituição Brasileira data de 1824 e foi **outorgada** (imposta) pelo imperador D. Pedro I. Dentre outras características, ela tornou o catolicismo como a religião oficial do Império, sem deixar de assegurar a prática (desde que realizada em caráter privado) das demais religiões. Entre as atribuições cabíveis à Igreja Católica e reconhecidas pelo Estado, encontravam-se o batismo, o casamento e a **administração dos cemitérios**.



Com relação aos cemitérios, a Igreja **proibia** o sepultamento de não católicos (por exemplo, os protestantes, muçulmanos e as demais religiões) e também o de suicidas. Contudo, em razão do regime do padroado, que subordinava o clero brasileiro à autoridade imperial, D. Pedro II impôs, no ano de 1870 (de acordo com o que podemos ler no próprio excerto trazido pela banca), a criação de um espaço público nos cemitérios, reservado às pessoas que não pudessem ser enterradas no terreno destinado pela Igreja aos católicos.

Percebemos, dessa forma, que a segregação dos mortos, ou seja, o enterro de pessoas que não fossem cristãs do lado de fora dos cemitérios, revelou uma face das contradições entre o poder espiritual da Igreja e o poder secular da Monarquia brasileira, em uma conjuntura na qual a hierarquia eclesiástica esforçava-se para ampliar sua autonomia perante as políticas do Estado e o Imperador buscava a conciliação dos interesses da religião oficial com o direito civil dos não católicos.

É importante apontar, também, que durante o seu governo, Dom Pedro II passou por algumas indisposições com os membros da Igreja Católica, em um contexto de disputa pelo poder (poder temporal e poder espiritual). A discussão em torno do enterro dos não católicos e dos suicidas foi apenas uma das características existentes nessa disputa, colocando em oposição a visão **excludente** da Igreja e uma visão mais integrativa por parte de Pedro II. No que diz respeito à conjuntura social deste momento, entendemos, portanto, que se trata justamente do **aumento da tensão** entre o poder político e a autonomia eclesiástica.

Essa tensão acabaria por resultar, por exemplo, em outros embates entre a monarquia e o Clero, como vimos na chamada **Questão Religiosa** de 1872-1874. Devido ao regime do padroado (submissão da Igreja ao Estado), nenhuma ordem vinda do papa poderia valer no Brasil sem a aprovação do imperador. Em 1872, D. Vidal e D. Macedo, bispos de Olinda e Belém, seguiram ordens vindas do papa Pio IX e puniram alguns religiosos que apoiavam membros da **maçonaria**. D. Pedro II, influenciado pela maçonaria, ordenou a suspensão das punições, as quais foram recusadas pelos bispos. Condenou-os, dessa forma, a 4 anos de prisão, mas em 1875 concedeu o perdão imperial e os religiosos foram libertados, mas tal fato abalou as relações entre Igreja e Estado.

Com isso, entendemos que a alternativa correta é a letra [D].

Gabarito: D

3. (FGV - Adaptada)

Sobre a regência do paulista Diogo Antônio Feijó, entre 1835 e 1837, é correto afirmar que

- A) o regente conseguiu vencer a eleição devido ao apoio recebido dos produtores de algodão do Nordeste, classe emergente nos anos 1830, o que possibilitou o combate às rebeliões regenciais e o início do processo de centralização político-administrativa.
- B) o apoio inicial que Feijó recebeu de todas as forças políticas do Império foi, progressivamente, sendo corroído porque o regente eleito mostrou simpatia pelo projeto político da Balaiada, que defendia uma Monarquia baseada no voto universal.
- C) a opção de Feijó em negociar com os farroupilhas e com a liderança popular da Cabanagem provocou forte reação dos grupos mais conservadores, especialmente do Partido Conservador, que organizaram a queda de Feijó por meio de um golpe de Estado.



D) o isolamento político do regente Feijó, que provocou a sua renúncia do mandato, relacionou-se com a sua incapacidade de conter as rebeliões que se espalhavam por várias províncias do Império e com a vitória eleitoral do grupo regressista.

E) as condições econômicas brasileiras foram se deteriorando durante a década de 1830 e provocaram um forte desgaste da regência de Feijó, que renunciou ao cargo depois de um acordo para uma reforma constitucional.

Comentários

A questão trata do Período Regencial Brasileiro, ocorrido entre a abdicação de D. Pedro I ao trono, em 1831, e a coroação de D. Pedro II, seu herdeiro, em 1840. No caso em específico apresentado pela banca, devemos assinalar a alternativa que está correta sobre o governo do regente Diogo Antônio Feijó, entre 1835 e 1837. Diante disso, analisemos um pouco mais a respeito do período imperial brasileiro.

Quando Pedro I abdicou de sua posição de imperador do Brasil, em 1831, seu filho tinha apenas cinco anos, sendo impedido de governar o Brasil. Como solução, uma junta de governo assumiu o governo transitoriamente, dando início ao período regencial brasileiro. Os grupos políticos que antes se uniram em oposição a D. Pedro I, depois de sua abdicação, voltaram a divergir e defender interesses distintos. Dessa forma, durante as regências, a política brasileira ficou dividida entre três grupos principais: os liberais moderados, os liberais exaltados e o dos restauradores.

Com relação aos **liberais moderados**, eram em sua maioria proprietários rurais, militares, padres e profissionais liberais que viam, na figura do imperador, um meio de preservar os seus privilégios, mas defendiam o aumento dos poderes e das atribuições do Legislativo. Defendiam um governo centralizado em oposição às reformas socioeconômicas. Dentre os principais membros, temos o padre Diogo Antônio Feijó, o jurista Bernardo Pereira de Vasconcelos e o jornalista Evaristo da Veiga.

O grupo dos **liberais exaltados** continha os pequenos proprietários rurais, profissionais liberais, padres e funcionários públicos. Eles defendiam maior autonomia às províncias, em uma monarquia **descentralizada** ou, até mesmo, uma república. Reivindicavam a ampliação do direito ao voto, o federalismo, e o fim do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do Senado Vitalício.

Por fim, o terceiro grupo, o dos **restauradores**, era composto por funcionários públicos de altos cargos, alguns oficiais do Exército e grandes comerciantes portugueses, que defendiam o retorno de D. Pedro I ao trono. Com a morte de Pedro I em 1834, contudo, este grupo perdeu força e seus integrantes incorporaram-se aos outros grupos políticos.

Entre 7 de abril e 7 de junho de 1831, o país foi governado por uma **Regência Trina Provisória**, composta pelos senadores Carneiro de Campos, Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva, até que a Assembleia Legislativa pudesse se reunir e escolher os membros permanentes. Adotaram medidas de caráter mais liberal, as quais duraram até 1837, como a anistia aos presos políticos, a suspensão parcial do Poder Moderador e readmissão do Ministério dos Brasileiros (demitido por D. Pedro em abril de 1831).

Posteriormente, teve espaço a **Regência Trina Permanente**, que governou entre 1831 e 1835, formada pelos deputados João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva.



Nomearam o padre **Diogo Feijó** como ministro da Justiça, o qual acabou com as agitações populares e revoltas contrárias ao governo central.

No ano de 1834, os moderados promoveram uma reforma na Constituição, conhecida como **Ato Adicional**, uma tentativa de harmonizar as forças em disputa no país. Neste sentido, estabelecia que a Regência deixava de ser trina e passava a ser una, além de extinguir o Conselho de Estado e criar as Assembleias Legislativas provinciais.

De acordo com o que foi determinado no Ato, novas eleições foram realizadas e Diogo Feijó foi eleito, representando a **Regência Una** entre 1835 e 1837. O seu governo, mais ligado à ala **progressista** dos moderados, enfrentou forte oposição dos regressistas, além de sofrer com as chamadas **revoltas regenciais**, como a Cabanagem (Pará, 1835-1840) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul, 1835-1845). Quando faltava 2 anos para o término do seu mandato, Feijó renunciou ao cargo, sendo substituído através de eleições por Pedro de Araújo Lima, o que representa um triunfo para os conservadores regressistas.

Entendemos, dessa forma, que o isolamento político do regente Feijó, que provocou a sua renúncia do mandato, relacionou-se com a sua incapacidade de conter as rebeliões regenciais que se espalhavam por várias províncias do Império, além da vitória eleitoral do grupo regressista.

Com isso, entendemos que a alternativa correta é a letra [D].

Gabarito: D

4. (FGV - Adaptada)

Observe o mapa.



(Armelle Enders, *A nova história do Brasil*, p. 109)

Os dados do mapa mostram que a emancipação política do Brasil



- A) efetivou-se com o chamado Grito do Ipiranga, porque todas as províncias do Brasil, imediatamente, passaram a obedecer às ordens vindas do Rio de Janeiro na pessoa do Imperador Dom Pedro I e romperam todos os laços com as Cortes de Lisboa, defensoras da recolonização brasileira.
- B) ocorreu de forma homogênea, com a divisão da liderança do movimento emancipacionista entre os principais comandos regionais do Brasil e com a constituição de acordos políticos que garantiram a unidade territorial e a efetivação do federalismo.
- C) dividiu as regiões brasileiras entre as defensoras de uma emancipação vinculada ao fim do tráfico de escravos, caso das províncias do Norte e do Nordeste, e as províncias do Centro-Sul, contrárias à separação definitiva de Portugal e favoráveis à constituição de uma monarquia dual.
- D) foi um processo complexo, no qual não houve adesão imediata de algumas províncias ao Rio de Janeiro, representado pelo poder do imperador Dom Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando a guerras de independência.
- E) diferencia-se radicalmente das experiências da América espanhola, porque a América portuguesa obteve a sua independência sem que houvesse qualquer movimento de resistência armada por parte dos colonos ou da metrópole, interessados em uma separação negociada.

Comentários

A questão trazida pela banca nos mostra um mapa das províncias que, em 1822, constituíam o Império Brasileiro. No entanto, as Juntas Provisórias de Governo de cinco delas recusaram-se a obedecer ao príncipe-regente, D. Pedro I, declarando-se fiéis às **Cortes de Lisboa**. Para entendermos mais a respeito desse período da história brasileira, precisamos compreender o contexto em que o país esteve inserido no começo do século XIX.

No ano de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal, Brasil e Algarves, deixando, na prática, de ser colônia portuguesa e passando a adquirir autonomia administrativa. Tal fato se deve às definições do Congresso de Viena (1815), que restabelecia que as antigas monarquias europeias depostas por Napoleão deveriam reassumir seus tronos. O Congresso reconhecia apenas Lisboa como sede do Governo Português, o que colocava a situação de D. João no Brasil (que veio em 1808) como ilegítima. Tal situação foi temporariamente resolvida com a elevação à categoria de Reino Unido, preservando o trono português à Dinastia de Bragança. Contudo, isso causou grande insatisfação nos portugueses, uma vez que o Brasil passou de colônia à sede do Reino Português. Esta “inversão” nos papéis foi questionada e foi um dos fatores da **Revolução Liberal do Porto**, ocorrida em 1820.

A Revolução do Porto se espalhou por Portugal, obtendo apoio entre camponeses, militares e profissionais liberais. Elaborou-se uma nova Constituição, de caráter também liberal, que limitava os poderes de D. João VI, sendo que exigiam o seu retorno à Portugal, algo que foi postergado até abril de 1821, quando, enfim, ele regressa ao país e deixa seu filho Dom Pedro como príncipe regente do Brasil.

As chamadas **Cortes de Lisboa**, que passaram a controlar Portugal após a Revolução de 1820, tomaram medidas que restringiam a autonomia do governo brasileiro, enfraquecendo a autoridade



de D. Pedro. Com isso, passaram a exigir o retorno do príncipe regente à Portugal. Diante da situação, D. Pedro teve o apoio de grande parte dos latifundiários e grandes comerciantes brasileiros, organizando-se em favor da sua permanência e dando origem àquele que ficou conhecido como o **Partido Brasileiro**. Este partido elaborou um documento pedindo que D. Pedro permanecesse no Brasil, sendo que no dia 9 de janeiro de 1822 o então príncipe regente declarou que permaneceria. Este dia entrou para a História do Brasil como o **Dia do Fico**.

Os membros das Cortes de Lisboa continuaram tentando reduzir a autoridade de D. Pedro, contudo, o rompimento político com Portugal se deu, oficialmente, no dia 7 de setembro de 1822, quando foi proclamada a **Independência do Brasil**. O príncipe regente foi aclamado, enfim, imperador e recebeu o título de D. Pedro I, em 1º de dezembro de 1822, dando início ao período conhecido como o **Primeiro Reinado** (1822-1831).

No entanto, nem todas as províncias reconheceram a proclamação da independência, sendo que as Juntas do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Cisplatina ainda juravam fidelidade a Portugal. Tal atitude obrigou o governo imperial a submetê-las à força das armas, no processo que ficou conhecido como as **Guerras de Independência**.

A independência brasileira foi acompanhada de muitas lutas internas, as quais ameaçavam a unidade política do Império. Enquanto algumas regiões apoiaram D. Pedro, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, antes mesmo de sua aclamação como imperador, outras se manifestaram mais tardiamente. Em outras, ainda houve forte contestação. Na Bahia, por exemplo, a Guerra de Independência foi intensa e prolongada: começou sete meses antes do Grito do Ipiranga e estendeu-se até a expulsão dos portugueses, em 2 de julho de 1823, comandados pelo general português Madeira de Melo.

Entendemos, por fim, que a independência foi um processo complexo, no qual **não houve** adesão imediata de algumas províncias ao governo central, no Rio de Janeiro, representado pelo imperador D. Pedro I, pois essas províncias continuaram fiéis às Cortes de Lisboa, levando às Guerras de Independência.

A alternativa correta, portanto, é a letra [D].

Gabarito: D

5. (FGV - Adaptada)

Durante muito tempo, o fim da escravidão no Brasil foi visto como uma concessão generosa da princesa Izabel, em 1888. Atualmente, os historiadores reconhecem o papel das lutas dos escravos pela liberdade, bem como dos diversos movimentos abolicionistas brasileiros. Foram líderes abolicionistas negros:

- A) o advogado Joaquim Nabuco, o médico Nina Rodrigues e o engenheiro André Rebouças.
- B) o fazendeiro Nicolau de Campos Vergueiro, o engenheiro Francisco Pereira Passos e o jornalista José do Patrocínio.
- C) o médico Nina Rodrigues, o fazendeiro Nicolau de Campos Vergueiro e o advogado Luís Gama.
- D) o engenheiro Francisco Pereira Passos, o advogado Rui Barbosa e o médico Nina Rodrigues.



E) o advogado Luís Gama, o engenheiro André Rebouças e o jornalista José do Patrocínio.

Comentários

A banca nos apresentou uma temática muito interessante, na qual ela problematiza a questão da abolição da escravidão, assinada em 1888 pela princesa Isabel, com a chamada **Lei Áurea**. A questão em destaque, por sua vez, procura considerar notáveis os esforços dos próprios escravos contra o regime de trabalho compulsório, além dos diversos movimentos de caráter **abolicionista** existentes durante o século XIX. Com base nisso, devemos assinalar a alternativa que nos apresenta, corretamente, o nome de três dos líderes abolicionistas negros.

A abolição da escravidão, consolidada com a Lei Áurea, foi o resultado de lutas realizadas por diversos grupos abolicionistas ao longo da segunda metade do século XIX. Faziam parte desses grupos advogados, jornalistas e políticos, dentre outros adeptos. Com relação aos líderes abolicionistas negros, destacamos Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças.

Luiz Gama nasceu em 1830, na Bahia, filho de pai português e de uma negra livre. Segundo estudiosos da sua biografia, seu pai o vendeu como escravo aos 10 anos de idade, permanecendo nesta condição até os 17 anos de idade, quando conseguiu fugir dos domínios de seu senhor. Em liberdade, Gama alfabetizou-se e começou a estudar como autodidata, tornando-se jornalista e advogado (**rábula**, ou seja, exercia a profissão, mas não tinha a formação acadêmica). Através do jornalismo e da advocacia lutou contra a escravidão.

Exercendo seu ofício de advogado, defendeu, em grande parte dos casos de graça, inúmeros escravos e negros libertos. Estima-se que Gama tenha conseguido a alforria para mais de 500 negros no Brasil. Contudo, Gama morreu em 1882, ante de ver a abolição concretizada.

José do Patrocínio nasceu em 1853, em Campos dos Goytacazes, era filho de um vigário com uma escrava. Apesar de ter nascido como escravo, Patrocínio foi criado como liberto. Seu pai não o assumiu oficialmente como filho, mas deu a ele a proteção e as condições para que conseguisse estudar e trabalhar. Mudando-se para o Rio de Janeiro, conseguiu cursar Farmácia. Foi neste período de faculdade que entrou em contato com o **Clube Republicano**, que reunia jovens com ideais republicanos.

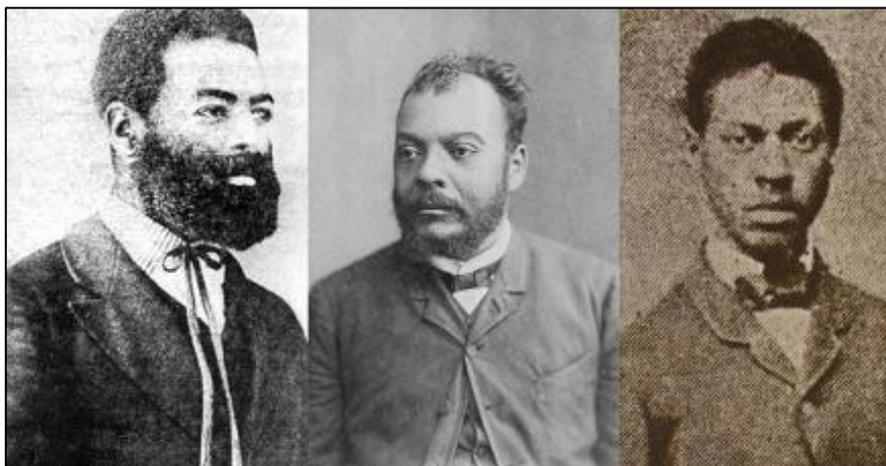
Foi sobretudo graças ao jornalismo que José do Patrocínio difundiu as suas opiniões sobre a escravidão e o regime republicano, sendo que no ano de 1880, fundou, com outros abolicionistas, como Joaquim Nabuco, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

Por fim, o baiano **André Rebouças** nasceu livre, em 1838. Era filho de Antônio Pereira Rebouças, negro, filho de escrava alforriada e um alfaiate português, chegando a ser um destacado advogado e político do Império. André recebeu uma formação intelectual e técnica como engenheiro. Dentre algumas de suas obras que ganharam destaque, temos: resolução do problema do abastecimento de água no Rio de Janeiro; desenvolvimento de um modelo de torpedo usado na Guerra do Paraguai; e a construção de uma ferrovia que ligava o estado do Paraná ao Mato Grosso do Sul.

Além disso, Rebouças possuía uma participação mais cosmopolita, tendo conhecido países da Europa e da América. Também fez parte da Sociedade Brasileira Contra a Escravidão e de outros órgãos, como a Sociedade Abolicionista e a Sociedade Central de Imigração.



Realizava críticas ao regime escravista do Império, além de se preocupar o destino que teriam os negros após a abolição, quando ela ocorresse. Defendia que era necessário um maior planejamento para a inserção dos negros libertos à sociedade brasileira.



Luiz Gama, José do Patrocínio e André Rebouças

Com isso, percebemos que a luta abolicionista no Brasil contou com a participação de diversas pessoas, destacando-se o advogado Luís Gama, o engenheiro André Rebouças e o jornalista José do Patrocínio, que lutaram e foram essenciais para o movimento abolicionista.

A alternativa correta, portanto, é a letra [E].

Gabarito: E

6. (FGV - Adaptada)

Sobre as revoltas no Brasil na primeira metade do século XIX, é correto afirmar:

- A) A Balaiada (1838-1840) manteve-se, até o final, dirigida pelas elites maranhenses.
- B) A Cabanagem (1835-1840) e a Sabinada (1837-1838) foram revoltas restauradoras.
- C) A Revolta dos Malês, em Salvador, (1835) é um exemplo de revolta popular.
- D) A revolta dos Cabanos (1832-1835) foi uma revolta iniciada por populares e depois dirigida por restauradores.
- E) Todas as revoltas tinham como motivação a revogação da Lei de Terras e o livre acesso à propriedade fundiária.

Comentários

A questão trazida pela banca é bem objetiva quanto ao assunto abordado: as revoltas ocorridas no Brasil durante a primeira metade do século XIX, também chamadas de **Revoltas Regenciais**, porque ocorreram justamente no período denominado pela Historiografia de Período Regencial Brasileiro, entre 1831 e 1840. Tendo isso em mente, passemos a analisar mais detalhadamente tais movimentos.



A **Cabanagem** ocorreu no Pará, entre 1835 e 1840, e contou com a participação dos chamados **cabanos**, homens e mulheres pobres, negros, indígenas e mestiços que viviam em casas à beira de rios, semelhantes a cabanas. Dentre os seus principais objetivos, os cabanos procuravam acabar com as desigualdades sociais e a exploração, além de defenderem o fim da escravidão e a distribuição de terras para os lavradores. Em virtude de sua desorganização, o movimento foi reprimido pelas tropas enviadas pelo governo, sendo que a maioria dos revoltosos foram mortos e aqueles que sobreviveram, foram presos.

A **Revolução Farroupilha** (também chamada de Guerra dos Farrapos) ocorreu no Rio Grande do Sul entre 1835 e 1845 e contestava os problemas econômicos dos produtores rurais gaúchos. Os produtores reclamavam da concorrência do **charque** (carne seca) vindo do Uruguai e da Argentina, os quais eram importados ao Brasil com impostos mais baixos e, conseqüentemente, reduzia as vendas e lucros do charque sulino. Os gaúchos foram liderados por Bento Gonçalves, Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, chegando a fundar, inclusive, a **República Rio-Grandense** (também chamada de República de Piratini) em 1836. Em 1839, o movimento se expandiu para Santa Catarina, onde foi fundada a **República Juliana**. A partir de 1842, a Revolução começou a ser contida por meio de ações militares, sobretudo aquelas feitas pelo futuro Duque de Caxias. Em 1º de março de 1845, ocorreu um acordo entre as tropas imperiais e os farroupilhas, assegurando as vantagens exigidas pelos gaúchos.

Também em 1835, ocorreu um movimento de **caráter popular**, conhecido como **Revolta dos Malês**, em Salvador, liderada por uma maioria de escravos de origem muçulmana em busca de liberdade. A revolta, contudo, foi denunciada e o movimento teve de ser antecipado para a noite de 24 de janeiro de 1835. Porém, muitos rebeldes morreram no combate, outros foram presos e outros tantos, açoitados ou fuzilados.

No ano de 1837, a **Sabinada** ganhou relevância, tendo ocorrido também em Salvador, mas dessa vez em um movimento que procurava instituir uma república na província. De início, teve apoio de parte do exército baiano, mas muitos fazendeiros temiam uma revolta contra o modelo escravocrata brasileiro, o que os prejudicaria financeiramente. Dessa forma, no ano seguinte a revolta estava contida. Ao contrário da Cabanagem, os líderes da Sabinada eram homens cultos e de posses, sendo que a maioria deles não foi morta, mas degradada para outras regiões. O médico Francisco Sabino, por exemplo, foi preso e levado para o Mato Grosso.

Por fim, podemos destacar a **Balaiada**, que ocorreu entre 1838 e 1841 na província do Maranhão. Neste movimento, vaqueiros, sertanejos e escravos uniram-se para lutar contra a miséria, a fome e a escravidão, sob a liderança de Manuel Francisco dos Anjos Ferreira (produtor de balaios, daí o nome da revolta), Cosme Bento das Chagas e Raimundo Gomes. Ainda que pouco organizados, conquistaram a cidade de Caxias, mas não possuíam muita clareza quanto aos seus objetivos após a tomada da cidade. Dessa forma, passaram o comando ao grupo dos **bem-te-vis** (profissionais urbanos maranhenses). Para conter a revolta, o governo enviou tropas que, a essa altura, já contavam com a deserção dos bem-te-vis e do seu apoio, pelo qual derrotaram os balaios em 1841, quando já haviam morrido cerca de 12 mil sertanejos e escravos.

Sobre as alternativas incorretas, a letra [A] fala sobre a Balaiada, que ocorreu no Maranhão, mas **não** foi dirigida pela elite até o final. A letra [B] fala sobre a Cabanagem e a Sabinada, ocorridas no Pará e em Salvador, respectivamente, sendo que a primeira teve um caráter popular e a segunda



ocorreu contra o recrutamento obrigatório, entre outros motivos. A letra [D] está incorreta uma vez que a Cabanagem não teve caráter restaurador. Por fim, a letra [E] generaliza as revoltas, sendo que cada uma delas possuía características diferentes, desde o combate à escravidão até à instituição de uma república.

Diante do que foi exposto, percebemos que a única alternativa correta é a letra [C], ao falar da Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, em 1835, como um exemplo de revolta popular.

Gabarito: C

7. (FGV - Adaptada)

Somente a partir de 1850 vai se observar um maior dinamismo no desenvolvimento econômico do país em geral e de suas manufaturas, em particular. O crescimento do número de empresas industriais se faria com relativa rapidez.

Mas o que provocaria essas mudanças?

(Sonia Mendonça, *A industrialização brasileira*. p. 12)

É correto responder à indagação afirmando que

A) a Câmara dos Deputados aprovou medidas restritivas às importações, como a proibição da entrada de mercadorias similares às já produzidas no país, e também criou a primeira política industrial brasileira.

B) houve a importante contribuição do fim do tráfico de escravos para o Brasil, que possibilitou a disponibilidade de capitais, além dos efeitos duradouros da agricultura, especialmente do café.

C) a nacionalização do subsolo brasileiro, presente na Constituição imperial, impulsionou os investimentos privados na exploração mineral, conjuntamente com os incentivos governamentais na criação de estaleiros.

D) ocorreu uma rápida modernização dos grandes engenhos de açúcar do Nordeste em função dos financiamentos ingleses e, em 1851, fundou-se um banco estatal de desenvolvimento.

E) acertou-se com a Inglaterra a renovação dos Tratados de 1827, que ofereciam tarifas privilegiadas aos ingleses e estes, em contrapartida, proporcionavam transferência de tecnologia industrial.

Comentários

Na questão trazida pela banca podemos observar uma indagação deixada ao final do texto, a respeito do rápido crescimento de indústrias e o que motivou essa mudança. Pensando-se nisso, é fundamental que entendamos melhor a respeito do contexto histórico pelo qual o Brasil passava, sobretudo na segunda metade do século XIX, e qual foi a origem dessas transformações no desenvolvimento econômico.

Ao longo do século XIX, a legislação escravista no Brasil sofreu algumas transformações em virtude das pressões internacionais e dos movimentos abolicionistas no próprio país. A primeira alteração



na legislação ocorreu em 1850, quando foi aprovada a **Lei Eusébio de Queirós**, que colocou fim ao tráfico negreiro para o Brasil.

Esta foi a solução estabelecida pelo governo monárquico brasileiro frente à pressão da Inglaterra, que procurava colocar fim ao tráfico já há alguns anos, pois acreditava que, com o fim da mão de obra escrava, aumentaria a quantidade de trabalhadores assalariados e eles, conseqüentemente, comprariam mais produtos, incentivando a exportação de seus produtos para o Brasil.

No ano de 1871, foi aprovada a Lei Visconde do Rio Branco, popularmente conhecida como **Lei do Ventre Livre**, que estabelecia que a partir de 1871, os filhos nascidos de escravos seriam considerados livres. Os senhores de escravos deveriam criar as crianças até os oito anos de idade, quando poderiam entregá-las ao governo e receber uma indenização. Com as leis de extinção do tráfico negreiro e de abolição gradual da escravidão, o trabalho escravo estava caminhando, ainda que lentamente, ao seu fim.

As mudanças nas leis escravistas coincidiram com as transformações econômicas que o país atravessava. Enquanto a produção açucareira e os engenhos do nordeste, outrora responsáveis por grande parte dos lucros brasileiros, entravam em declínio, as lavouras cafeeiras do sudeste possibilitaram um grande surto na agricultura nacional, sendo que o café se tornou o principal produto responsável pela economia brasileira entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

Os fazendeiros paulistas tomaram a iniciativa visando à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, sendo que a elite dos cafeicultores paulistas incentivou uma política de imigração europeia. Os primeiros trabalhadores imigrantes vieram, sobretudo, de Portugal, Itália, Espanha e Alemanha. Esta foi uma das primeiras experiências de introdução do trabalho assalariado nas lavouras.

É neste momento que percebemos, no Brasil, um **surto industrial** e modernizador, a partir da década de 1850 e relacionado com três principais características: a disponibilização de capitais resultante da extinção do tráfico negreiro pela Lei Eusébio de Queirós, em 1850; os efeitos da Tarifa Alves Branco, de 1844, de caráter fiscalista e protecionista e que aumentou a taxa dos produtos importados, favorecendo o desenvolvimento da produção nacional; e, por fim, a expansão da cafeicultura no sudeste, que proporcionou ao Brasil uma estabilidade na balança comercial.

Percebemos, diante disso, que houve uma importante contribuição do fim do tráfico de escravos para o Brasil, o que possibilitou a disponibilidade de capitais, além dos efeitos duradouros da agricultura, especialmente do café.

Com isso, podemos concluir que a alternativa correta é a letra [B].

Gabarito: B

8. (FGV - Adaptada)

Em contraste com a estagnação e mesmo a decadência de outras regiões do Império, o vale do Paraíba do Sul apresentava-se em franco progresso, especialmente a partir da década de 1830-1840. Em torno dos novos-ricos dessa região, formar-se-ia um novo bloco de poder, cuja hegemonia, durante muitos anos, não seria contestada.



(Hamilton M. Monteiro, *Brasil Império*. p. 36. Adaptado)

Sobre o projeto político hegemônico, é correto considerá-lo com

A) o resultado de uma ampla negociação entre as elites do Centro-Sul e as nordestinas, pela qual o modelo político-administrativo descentralizado era aceito por todos os grupos regionais, desde que o modelo agroexportador fosse protegido em Minas Gerais, a província mais rica do Segundo Reinado.

B) uma vitória dos representantes das oligarquias que defendiam o liberalismo radical, porque no decorrer das Regências ampliou-se a autonomia das províncias e houve um alargamento dos direitos políticos, com a concessão do voto universal masculino desde 1837.

C) Reinterpretação do Ato Adicional em 1841, que garantiu a estabilidade do poder a partir do reforço do papel do Parlamento, especialmente do Senado, e o isolamento político do imperador Dom Pedro II.

D) um processo desencadeado com o chamado Regresso Conservador, que defendia a anulação das medidas liberais presentes no Ato Adicional de 1834, o que resultou em uma série de práticas centralizadoras do poder, como a restauração do Conselho de Estado em 1841.

E) uma ação decisiva das elites nordestinas e sulinas, muito preocupadas com a possibilidade de fragmentação político-territorial em função das rebeliões regenciais, colaborando decisivamente para a reforma constitucional de 1840, que trouxe princípios federalistas.

Comentários

A questão diz respeito à formação de um projeto político hegemônico em torno dos cafeicultores do Vale do Paraíba e dos latifundiários do Nordeste, que dominou a política do Segundo Reinado a partir da década de 1850. Para viabilizar esse centro de poder, foram adotadas diversas medidas de caráter centralizador, iniciadas com o chamado **Regresso Conservador**, a partir da regência de Pedro de Araújo Lima (1837-1840). Analisemos o contexto da época para entender como se deu este fato.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o país foi governado, entre 7 de abril e 7 de junho de 1831, por uma **Regência Trina Provisória**, composta pelos senadores Carneiro de Campos, Campos Vergueiro e Francisco de Lima e Silva, até que a Assembleia Legislativa pudesse se reunir e escolher os membros permanentes. Adotaram medidas de caráter mais **liberal**, as quais duraram até 1837, como a anistia aos presos políticos, suspensão parcial do Poder Moderador e readmissão do Ministério dos Brasileiros (demitido por D. Pedro em abril de 1831).

A **Regência Trina Permanente** durou entre 1831 e 1835, formada pelos deputados João Bráulio Muniz, José da Costa Carvalho e Francisco de Lima e Silva. Nomearam o padre Diogo Feijó como ministro da Justiça, o qual acabou com as agitações populares e revoltas contra o governo central.

Em 1834, os moderados promoveram uma reforma na Constituição, também conhecida como **Ato Adicional**, que foi uma tentativa de harmonizar as forças em disputa no país. Neste sentido, estabelecia que a Regência deixava de ser trina e passava a ser una, além de extinguir o Conselho de Estado e criar as Assembleias Legislativas provinciais.

Pelo determinado no Ato, novas eleições foram realizadas e Diogo Feijó foi eleito, representando a **Regência Una** entre 1835 e 1837. Seu governo, ligado à ala progressista dos moderados, enfrentou



a oposição dos regressistas, além de sofrer com as revoltas regenciais, como a Cabanagem (Pará) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul). Quando faltavam 2 anos para o término do seu mandato, Feijó renunciou ao cargo, sendo substituído através de eleições por Pedro de Araújo Lima, o que representa um triunfo para os **conservadores regressistas**.

Compondo um gabinete de formação estritamente conservadora, a regência de Araújo Lima representou o **retrocesso das conquistas liberais**. Em seu governo, as primeiras revoltas eram consideradas uma consequência das liberdades oferecidas pelo Ato Adicional. Dessa forma, foi homologado, em maio de 1840, a chamada Lei Interpretativa do Ato Adicional, que revisou alguns pontos da reforma de 1834.

Com a reforma, as províncias perderam parte de suas atribuições político-administrativas. De acordo com a nova lei, o governo central teria o direito de nomear funcionários públicos e funcionários de polícia e justiça. Em meio às revoltas e grandes derrotas políticas, os liberais se uniram em torno do projeto de antecipação do coroamento de Dom Pedro II.

Reunidos no chamado Clube da Maioridade, os representantes liberais argumentavam que a chegada de Dom Pedro II ao trono ofereceria condições para que os problemas políticos e as revoltas fossem finalmente contornados. Na medida em que os conservadores não tinham habilidade para resolver os problemas vigentes, a campanha em prol da antecipação do Segundo Reinado ganhava cada vez mais força.

Em julho de 1840, não mais resistindo às pressões liberais, o governo regencial chegou ao seu fim com a coroação do jovem Dom Pedro II. Tal episódio ficou conhecido como o Golpe da Maioridade. Mesmo o golpe representando um avanço das alas liberais, o início do Segundo Reinado não configurou uma reforma estrutural das práticas políticas da época.

Vinculados à elite latifundiária, tanto liberais quanto conservadores se uniram em torno de um mesmo projeto político no Segundo Reinado. Dessa forma, o fim da regência não remodelou os privilégios e direitos garantidos aos antigos grupos sociais que controlavam o país.

Diante do que foi exposto, entendemos que o projeto político hegemônico ao qual o texto se refere foi um processo desencadeado com o Regresso Conservador, que defendia a anulação das medidas liberais presentes no Ato Adicional de 1834, o que resultou em uma série de práticas centralizadoras do poder, como a restauração do Conselho de Estado em 1841.

Assim sendo, a alternativa correta é a letra [D].

Gabarito: D

9. (FGV - Adaptada)

A Farroupilha foi uma revolta

- A) separatista, que contou com o apoio dos cafeicultores paulistas interessados no mercado da região do Prata.
- B) popular, que tinha como objetivo o fim da escravidão no Brasil e o rompimento com a Inglaterra.
- C) popular, cujos líderes foram duramente punidos com penas de exílio e enforcamento.



D) socialista, liderada por Giuseppe Garibaldi, que pretendia estabelecer uma reforma agrária no Brasil.

E) separatista, que proclamou a República no Rio Grande do Sul, em 1836, e em Santa Catarina, em 1839.

Comentários

A questão trazida pela banca é bem direta quanto ao assunto cobrado: deseja saber mais a respeito de uma das principais revoltas ocorridas no Brasil durante a primeira metade do século XIX, também conhecidas pelo nome de **Revoltas Regenciais**, porque ocorreram justamente no período denominado pela Historiografia de Período Regencial Brasileiro, entre 1831 e 1840.

Inserida neste contexto, quando o país foi governado por regentes em virtude da abdicação de D. Pedro I, em 1831, e da impossibilidade de seu filho herdeiro, Pedro II, assumir o trono, a **Revolução Farroupilha** (ou Guerra dos Farrapos) foi uma revolta de caráter **separatista** em relação ao Governo Central Brasileiro, sendo que os farroupilhas proclamaram a República no Rio Grande do Sul, em 1836, e em Santa Catarina, em 1839.

Sobre este movimento, cabe destacar que a Revolução Farroupilha ocorreu entre os anos de 1835 e 1845, portanto, findada apenas durante o Segundo Reinado (1840-1889), e contestava os problemas econômicos dos produtores rurais gaúchos. Esses produtores reclamavam da concorrência do charque (carne seca) vindo do Uruguai e da Argentina, os quais eram importados ao Brasil com impostos mais baixos e, conseqüentemente, reduzia as vendas e lucros do charque sulino.

Tal situação acabava fazendo com que o produto gaúcho se tornasse menos competitivo, uma vez que seu preço era maior. A principal exigência dos estancieiros era que o charque estrangeiro fosse taxado para tornar a concorrência entre o produto nacional e o estrangeiro mais justa.

Os gaúchos foram liderados por Bento Gonçalves, Davi Canabarro e Giuseppe Garibaldi, os quais chegaram a fundar, inclusive, a **República Rio-Grandense** (também chamada de República de Piratini) no ano de 1836. Em 1839, o italiano Giuseppe Garibaldi, que se envolveu nas forças republicanas, invadiu Santa Catarina e proclamou em Laguna, no extremo sul da província de Santa Catarina, a **República Juliana**, que durou menos de quatro meses.

A partir de 1842, a Revolução Farroupilha começou a ser controlada por meio das ações militares do Império, sobretudo aquelas feitas pelo futuro Duque de Caxias. Em 1º de março de 1845, ocorreu um acordo entre as tropas imperiais e os farroupilhas, assegurando algumas vantagens exigidas pelos gaúchos.

Podemos entender que esta rebelião foi, dessa forma, conduzida por estancieiros e charqueadores contra o centralismo do Império Brasileiro. Diante da impossibilidade de produzir uma mudança institucional no País, os revoltosos proclamaram a República Rio-Grandense, **independente** do Império, sendo que o movimento revolucionário manteve o seu caráter separatista até o seu fim, em 1845. Os líderes desse movimento pretendiam formar, no Brasil, uma federação de estados republicanos unidos sob uma mesma bandeira.

Frente ao que foi exposto, chegamos ao correto entendimento de que a alternativa a ser assinalada é a letra [E].

Gabarito: E



10. (FGV - Adaptada)

A independência, porém, pregou uma peça nessas elites. Um ano após ser convocada, a Assembleia Constituinte foi dissolvida e em seu lugar, o imperador designou um pequeno grupo para redigir uma Constituição “digna dele”, ou seja, que lhe garantisse poderes semelhantes aos dos reis absolutistas. Um exemplo disso foi a criação do Poder Moderador (...)

(Mary del Priore e Renato Venancio, *Uma breve história do Brasil*)

Esse poder

- A) ampliava os direitos das Assembleias Provinciais, restringia a ação do Imperador no tocante à administração pública e a ação do Senado.
- B) permitia que o Imperador reformasse a Constituição por decreto-lei e que escolhesse parte dos deputados provinciais.
- C) sofria de uma única limitação institucional, pois o Estado brasileiro não tinha direito de interferir nos assuntos relacionados com a Igreja Católica.
- D) proporcionava ao soberano poderes limitados, o que permitiu alargamento da autonomia política e econômica das províncias do Império.
- E) oferecia importantes prerrogativas ao Imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados.

Comentários

A questão trazida pela banca é bem objetiva quanto ao assunto cobrado: ela deseja saber em que consistia o **Poder Moderador**, inserido na primeira Constituição Brasileira, datada de 1824, e que garantia algumas seguranças ao imperador D. Pedro I, tornando-se, dessa forma, uma Constituição “*digna dele*”, como podemos observar no excerto. Diante disso, analisemos com mais detalhes acerca do Poder Moderador.

A Constituição de 1824 consagrou no Brasil a separação dos poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, incluindo neste sentido um quarto Poder, que ficou conhecido como **Moderador**. Através deste, cabia ao soberano a chefia dos poderes Executivo e Moderador, a fim de garantir a manutenção da independência, o equilíbrio e a harmonia dos demais Poderes Políticos.

Graças ao Poder Moderador, o imperador tinha a prerrogativa de **nomear os senadores**, convocar extraordinariamente a Assembleia Constituinte e Legislativa, sancionar decretos e resoluções da Assembleia Geral, aprovar e suspender interinamente as resoluções dos conselhos provinciais, prorrogar ou adiar a Assembleia Geral, dissolver a Câmara dos Deputados, nomear e demitir os ministros de Estado, **suspender os magistrados**, perdoar e moderar as penas impostas aos réus condenados por sentença e conceder anistia, além de **indicar os presidentes de província**, garantindo o seu apoio e base política.

A Constituição Brasileira de 1824 teve como referência a Constituição Francesa (1814) e as ideias defendidas por Benjamin Constant. Preocupado com o absolutismo monárquico e os excessos do governo jacobino, Constant teorizou acerca da organização da monarquia constitucionalista liberal e retomou a reflexão sobre o estabelecimento de um poder neutro ou real, a ser conferido ao



soberano, responsável por garantir o **equilíbrio** do sistema político e que funcionasse acima dos outros poderes, zelando por suas relações e pela observância às leis.

A oposição à inclusão de um poder responsável pela moderação da política assinalou um dos pontos de tensão da Assembleia Constituinte, sendo que D. Pedro I não aceitava o papel reduzido que o constitucionalismo liberal lhe denotava. Em meio a este contexto, o imperador **dissolveu** (fechou) a Assembleia Constituinte em 12 de novembro de 1823, criando no dia seguinte o Conselho de Estado, órgão incumbido de elaborar a Constituição para o país.

Após as discussões, no dia 25 de março de 1824 foi **outorgada** (imposta) a Constituição pelo imperador D. Pedro I, que incorporou mudanças significativas na arquitetura institucional do Estado, como a criação do Poder Moderador, mas alinhado aos seus próprios interesses, o que lhe garantia um caráter **centralizador** na política.

A Constituição, ao estabelecer o Poder Moderador, conferiu ao imperador um importante instrumento que lhe permitia intervir em caso de conflitos institucionais, assegurando a sua soberania sobre os demais poderes. Assim, a concepção da separação de poderes como limite à atuação do Executivo sofreria os ajustes necessários à construção de uma nova ordem.

Diante do que foi exposto, entendemos que o Poder Moderador oferecia importantes prerrogativas ao imperador, como indicar presidentes de províncias, nomear senadores e suspender magistrados, uma vez que ele poderia intervir nos demais poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Na prática, o imperador concentrava todo o poder político do Brasil independente.

A alternativa correta é, portanto, a letra [E].

Gabarito: E

11. (FGV - Adaptada)

Leia as assertivas sobre a economia brasileira no século XIX.

I. O Brasil monárquico representou uma continuidade em relação ao período colonial, pois a produção continuou voltada para o mercado externo e com a utilização da mão de obra compulsória, que perdurou durante grande parte do período.

II. O produto que permitiu a entrada de mais moeda estrangeira no país foi o café, sendo que, na década de 1880, esse produto dominava mais da metade das exportações brasileiras.

III. O açúcar, fundamental para a ocupação colonial da América portuguesa, continuou importante na pauta de exportações brasileiras.

IV. No decênio 1861-1870, em decorrência da Guerra de Secessão norte-americana, aumentou consideravelmente o cultivo de algodão – especialmente no Maranhão – e a sua exportação.

V. O forte aumento da produção e exportação da borracha relaciona-se com a descoberta do processo de vulcanização e com a invenção do pneumático.

Estão corretas as afirmativas

A) I e II, apenas.



- B) I, III e V, apenas.
- C) II, IV e V, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

Comentários

A questão trazida pela banca nos apresenta alguns aspectos da economia brasileira ao longo do século XIX, a qual continuou voltada para a **exportação** por meio da exploração do trabalho escravo e da agricultura. Nesse mesmo sentido, o café adquiriu uma importância cada vez maior no mercado externo, sendo que outros produtos também representavam o comércio brasileiro, ainda que em menor quantidade, como o algodão do Maranhão, que se beneficiou com os efeitos da Guerra de Secessão dos EUA (1861-1865) e a borracha na Amazônia (1880-1910 e 1940-1945), em virtude das novas descobertas industriais dessa área. Analisemos, portanto, as assertivas trazidas, marcando a(s) correta(s).

I. (CORRETA) O Brasil monárquico representou uma continuidade em relação ao período colonial, pois a produção continuou voltada para o mercado externo e com a utilização da mão de obra compulsória, que perdurou durante grande parte do período.

Durante o período colonial, a economia brasileira esteve voltada, basicamente, para o cultivo do açúcar, que obteve grande valorização no mercado externo, sobretudo por conta da sua venda para a Europa. Para tanto, utilizava-se da mão de obra escravizada, sobretudo a negra, que acabava trazendo lucros aos grandes proprietários de terras envolvidos, também, no tráfico negreiro.

II. (CORRETA) O produto que permitiu a entrada de mais moeda estrangeira no país foi o café, sendo que, na década de 1880, esse produto dominava mais da metade das exportações brasileiras.

Ao longo do século XIX, a produção de açúcar caiu significativamente, ainda que tenha permanecido como um produto importante para a economia brasileira. Em virtude do desenvolvimento de indústrias no Brasil, um novo produto passou a ganhar o mercado de exportações brasileiras: o café, produzido na região sudeste do país. Ao final do século XIX, tal produto já representava mais da metade das exportações.

III. (CORRETA) O açúcar, fundamental para a ocupação colonial da América portuguesa, continuou importante na pauta de exportações brasileiras.

Ainda que durante o Império Brasileiro (1822-1889) ele não tenha predominado nas exportações, tal qual se tornou o café, o açúcar brasileiro ainda representava um importante componente nas vendas do país. Diferentemente, contudo, do período colonial, no qual o açúcar foi essencial para a ocupação da América Portuguesa.

IV. (CORRETA) No decênio 1861-1870, em decorrência da Guerra de Secessão norte-americana, aumentou consideravelmente o cultivo de algodão – especialmente no Maranhão – e a sua exportação.

Entre 1861 e 1865 aconteceu, nos Estados Unidos, a Guerra de Secessão (ou Guerra Civil Americana) entre os estados do Norte e os do Sul. Os EUA eram a principal região produtora de algodão, sendo que neste momento de guerra, sua produção caiu consideravelmente. O Brasil, diante deste cenário,



acabou se aproveitando e aumentou a sua exportação de algodão, sobretudo para a Inglaterra, que à época desenvolvia sua segunda fase da Revolução Industrial e necessitava de matéria prima para a indústria têxtil. No presente caso, a região que mais produziu na segunda metade do século XIX foi o Maranhão.

V. (**CORRETA**) *O forte aumento da produção e exportação da borracha relaciona-se com a descoberta do processo de vulcanização e com a invenção do pneumático.*

Também conhecido como o **ciclo da borracha**, ocorreu na segunda metade do século XIX e sua produção principal se deu na região amazônica, em função de novas descobertas científicas, como a vulcanização e a invenção do pneumático. A vulcanização possibilitou a ampliação dos usos da borracha, que logo seria utilizada como matéria prima na produção de correias, mangueiras e sapatos. A região amazônica, uma das maiores produtoras de látex, aproveitou do aumento transformando-se no maior polo de extração e exportação de látex no período.

Chegamos ao entendimento, portanto, de que a alternativa a ser assinalada é a letra [E], ao apresentar todas as assertivas como corretas.

Gabarito: E

12. (FGV - Adaptada)

A Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, marca o fim da escravidão no Império brasileiro. A lei assinada pela princesa Isabel foi precedida por diversos movimentos e resistências de escravos em diversas partes do Brasil. Com base nessa temática, considere as seguintes afirmações:

I. Líderes negros, como o advogado Luís da Gama e o jornalista José do Patrocínio, tiveram atuação destacada na defesa do fim da escravidão no Brasil.

II. Fugas em massa foram estimuladas pelos Caifazes, que encaminhavam ex-escravos para o quilombo do Jabaquara, em São Paulo, e até para o Ceará, onde a escravidão já havia sido abolida.

III. A abolição implementada pela monarquia não previa medidas que preparassem os ex-escravos para o pleno exercício da cidadania, o que só viria a ser realizado pelos governos republicanos a partir de 1889.

Está correto somente o que se afirma em

- A) I
- B) II
- C) III
- D) I e II.
- E) I, II e III.

Comentários

A questão nos apresenta três assertivas acerca do final da escravidão brasileira, declarada oficialmente em 13 de maio de 1888, com a assinatura da Lei Áurea feita pela Princesa Isabel, uma



vez que D. Pedro II estava em viagem. Diante disso, devemos assinalar qual(is) está(ão) correta(s). Inicialmente é preciso destacar que na última década do período imperial brasileiro o cenário era de grande instabilidade e tensão social.

A questão da escravidão era um ponto importante a ser resolvido e vinha, desde meados do século XIX, causando preocupação e a elaboração de leis que tentavam adiar uma solução definitiva. Neste sentido, foram aprovadas a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibia o tráfico negreiro para o Brasil, a Lei do Ventre Livre, de 1871, que definia que os filhos nascidos de escravas eram livres e, finalmente, a Lei dos Sexagenários, de 1885, que concedia a liberdade aos escravos que chegassem aos 60 anos. No ano de 1888, devido à aprovação da Lei Áurea, extinguiu-se a escravidão no Brasil.

Diante disso, analisemos as assertivas a seguir, julgando-as como corretas ou incorretas:

I. **(CORRETA)** *Líderes negros, como o advogado Luís da Gama e o jornalista José do Patrocínio, tiveram atuação destacada na defesa do fim da escravidão no Brasil.*

Luís da Gama nasceu em 1830, na Bahia, filho de pai português e de uma negra livre. Segundo estudiosos da sua biografia, seu pai o vendeu como escravo aos 10 anos de idade, permanecendo nesta condição até os 17 anos de idade, quando conseguiu fugir dos domínios de seu senhor. Em liberdade, Gama alfabetizou-se e começou a estudar como autodidata, tornando-se jornalista e advogado (**rábula**, ou seja, exercia a profissão, mas não tinha a formação acadêmica). Através do jornalismo e da advocacia lutou contra a escravidão.

Exercendo seu ofício de advogado, defendeu, em grande parte dos casos de graça, inúmeros escravos e negros libertos. Estima-se que Gama tenha conseguido a alforria para mais de 500 negros no Brasil. Contudo, Gama morreu em 1882, ante de ver a abolição concretizada.

José do Patrocínio nasceu em 1853, em Campos dos Goytacazes, era filho de um vigário com uma escrava. Apesar de ter nascido como escravo, Patrocínio foi criado como liberto. Seu pai não o assumiu oficialmente como filho, mas deu a ele a proteção e as condições para que conseguisse estudar e trabalhar. Mudando-se para o Rio de Janeiro, conseguiu cursar Farmácia. Foi neste período de faculdade que entrou em contato com o **Clube Republicano**, que reunia jovens com ideais republicanos.

Foi graças ao jornalismo que José do Patrocínio difundiu as suas opiniões sobre a escravidão e o regime republicano, sendo que no ano de 1880 fundou, com outros abolicionistas, como Joaquim Nabuco, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

II. **(CORRETA)** *Fugas em massa foram estimuladas pelos Caifazes, que encaminhavam ex-escravos para o quilombo do Jabaquara, em São Paulo, e até para o Ceará, onde a escravidão já havia sido abolida.*

O **Movimento dos Caifazes** possuía um caráter antiescravista e tinha origem paulista. Foi articulado nos anos 1880 em defesa da abolição da escravidão. Liderados pelo promotor público Antônio Bento de Sousa, seu principal objetivo, além da luta pela abolição da escravidão, era **facilitar a fuga** e a emancipação dos escravos. Os Caifazes organizaram diversas operações de evasão, enviando negros fugidos para os quilombos mantidos por abolicionistas do Jabaquara, em São Paulo, e também para outras regiões, como o Ceará, onde a escravidão já havia sido abolida.



III. (**INCORRETA**) A abolição implementada pela monarquia não previa medidas que preparassem os ex-escravos para o pleno exercício da cidadania, o que só viria a ser realizado pelos governos republicanos a partir de 1889.

Da mesma forma que a monarquia não previa medidas de inserção dos negros livres no exercício da cidadania, a república também custou a garantir seus direitos.

Com o fim da escravidão, os negros libertos se tornaram indivíduos marginalizados na sociedade. Não tinham acesso às terras, uma vez que não foi realizada a reforma agrária, sujeitando-se aos baixos salários pagos pelos grandes proprietários. Também não tinham acesso à educação, permanecendo sem oportunidades para melhorar sua condição social. Frente a tal situação, muitos dos libertos retornaram ao continente africano, devido às dificuldades encontradas.

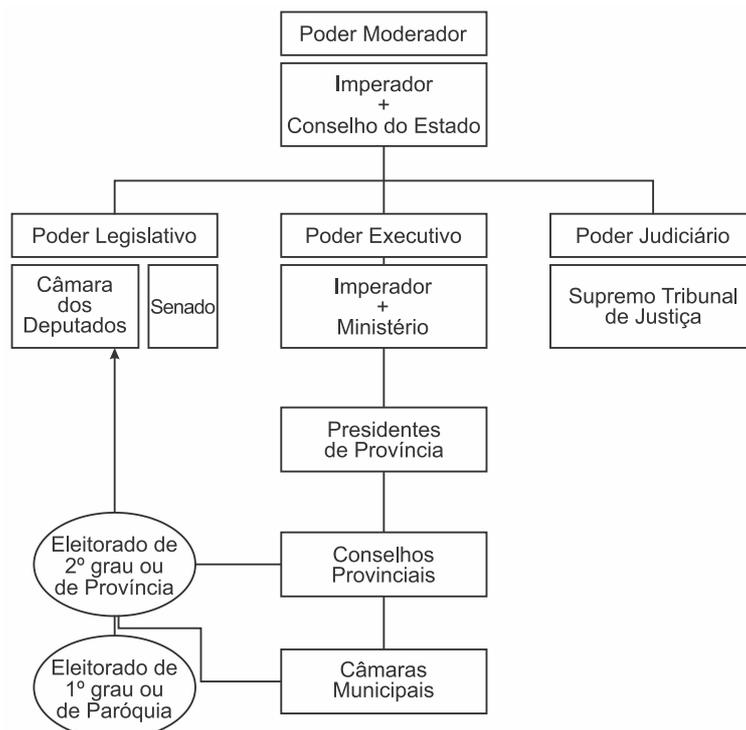
Chegamos ao entendimento, portanto, que a campanha abolicionista iniciada na década de 1870 acelerou o fim da escravidão no Brasil, tendo sido liderada por setores das camadas médias urbanas (jornalistas, advogados, professores, médicos, poetas, músicos, atores, etc.). Além disso, contou com forte apoio popular e de grupos como os Caifazes. Consolidada a abolição, em 13 de maio de 1888, os ex-escravos não foram incorporados à nação brasileira, mas colocados à margem da sociedade em quesitos econômicos, sociais, culturais e políticos, primeiramente pelas elites do Império e, posteriormente, da República.

Assim sendo, as assertivas I e II estão corretas, o que nos configura a alternativa [D] a ser assinalada.

Gabarito: D

13. (FGV - Adaptada)

Observe o quadro.



(Flavio de Campos e Miriam Dolhnikoff, *Atlas História do Brasil*)



O quadro apresenta:

- A) as transformações institucionais originárias da reforma constitucional de 1834, chamada de Ato Adicional.
- B) a mais importante reforma constitucional do Brasil monárquico, com a instituição da eleição direta a partir de 1850.
- C) a reorganização do poder político, determinada pela efetivação do Brasil como Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815.
- D) a organização de um parlamentarismo às avessas, em que as principais decisões derivavam do poder legislativo.
- E) a organização do Estado brasileiro, segundo as determinações da Constituição outorgada de 1824.

Comentários

A questão trazida pela banca apresenta um quadro em que podemos perceber a estrutura política no período imperial, no caso específico, aquela definida a partir da **outorga** da primeira Constituição Brasileira, datada de 1824, e que garantia algumas prerrogativas ao imperador D. Pedro I, tornando-se, dessa forma, uma Constituição mais centralizadora. Diante disso, analisemos com mais detalhes acerca da organização do Estado brasileiro, segundo as determinações dessa Constituição.

A Constituição de 1824 consagrou no Brasil a separação dos poderes entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, incluindo neste sentido um quarto Poder, que ficou conhecido como o **Poder Moderador**. Através deste, cabia ao soberano a chefia dos poderes Executivo e Moderador, a fim de garantir a manutenção da independência, o equilíbrio e a harmonia dos demais Poderes Políticos.

Graças ao Poder Moderador, o imperador tinha a prerrogativa de nomear os senadores, convocar extraordinariamente a Assembleia Constituinte e Legislativa, sancionar decretos e resoluções da Assembleia Geral, aprovar e suspender interinamente as resoluções dos conselhos provinciais, prorrogar ou adiar a Assembleia Geral, dissolver a Câmara dos Deputados, nomear e demitir os ministros de Estado, suspender os magistrados, perdoar e moderar as penas impostas aos réus condenados por sentença e conceder anistia, além de indicar os presidentes de província, garantindo o seu apoio e base política.

A Constituição Brasileira de 1824 teve como referência a Constituição Francesa (1814) e as ideias defendidas por Benjamin Constant. Preocupado com o absolutismo monárquico e os excessos do governo jacobino, Constant teorizou acerca da organização da monarquia constitucionalista liberal e retomou a reflexão sobre o estabelecimento de um poder neutro ou real, a ser conferido ao soberano, responsável por garantir o **equilíbrio** do sistema político e que funcionasse acima dos outros poderes, zelando por suas relações e pela observância às leis.

A oposição à inclusão de um poder responsável pela moderação da política assinalou um dos pontos de tensão da Assembleia Constituinte, sendo que D. Pedro I não aceitava o papel reduzido que o constitucionalismo liberal lhe conferia. Em meio a este contexto, o imperador **dissolveu** (fechou) a Assembleia Constituinte em 12 de novembro de 1823, criando no dia seguinte o Conselho de Estado, órgão incumbido de elaborar a Constituição para o país.



Após as discussões, no dia 25 de março de 1824 foi **outorgada** (imposta) a Constituição pelo imperador D. Pedro I, que incorporou mudanças significativas na organização institucional do Estado, como a criação do Poder Moderador, mas alinhado aos seus próprios interesses, o que lhe garantia um caráter centralizador na política.

Foram reconhecidos quatro poderes políticos: Legislativo, Moderador, Executivo e Judicial. O Poder Legislativo organizava-se em duas câmaras, a de Deputados e o Senado. O Executivo, por sua vez, concentrava amplos poderes e era uma prerrogativa do monarca, cuja chefia seria exercida através dos seus ministros de Estado, sendo a sua figura inviolável e sagrada. O Poder Judiciário era composto pelos juizes de direito, jurados, relações provinciais e o Supremo Tribunal de Justiça, além dos juizes de paz. Finalmente, o Poder Moderador conferiu ao imperador um instrumento que lhe permitia intervir em caso de conflitos, assegurando sua preponderância sobre os demais poderes.

Diante disso, podemos entender que a alternativa correta é a letra [E], visto que o quadro apresentado pela banca traz as novas configurações do Estado brasileiro advindas com a Constituição de 1824.

Gabarito: E

14. (FGV - Adaptada)

Comparando-se o processo de independência das colônias da América espanhola com o do Brasil, no início do século XIX, é correto afirmar que

- A) em ambos, a ideologia predominante foi o liberalismo, que influenciou a organização dos novos Estados sob governos republicanos com três poderes.
- B) no primeiro, os 'criollos' conduziram a emancipação política, mas no segundo, as camadas médias conseguiram controlar o aparelho de Estado.
- C) em ambos, o domínio econômico das respectivas metrópoles foi encerrado e desenvolveu-se o caudilhismo, forma de dominação local das elites de origem nativa.
- D) no primeiro, ocorreu a fragmentação do território em vários países, já o Brasil manteve-se politicamente unido e governado pelo herdeiro português.
- E) em ambos, o contexto das guerras napoleônicas foi determinante, embora o primeiro tenha sido singularizado pela transferência da Corte para a América.

Comentários

A questão trazida pela banca nos apresenta uma perspectiva em torno das independências das colônias da América do Sul, tanto de origem espanhola quanto portuguesa, ocorridas no início do século XIX. Diante disso, vale lembrar que os dois movimentos tiveram algumas diferenças significativas, sobretudo por conta de aspectos ligados à fragmentação e à unidade das nações então independentes. Analisemos, a partir do que foi exposto, estes casos.

Antes do início das independências, a América do Sul se dividia, basicamente, entre as colônias portuguesas e espanholas. Quando o Brasil se tornou independente, em 1822, algumas das principais colônias espanholas já haviam declarado suas independências. A principal característica desses movimentos nas colônias espanholas é que, em praticamente todos, houve uma guerra entre



os colonos e os colonizadores, a qual se arrastou por anos e terminou com a vitória dos colonos. Exemplos disso são o Chile, Uruguai, a Bolívia e a Argentina. No caso do Brasil, por sua vez, houve alguns conflitos durante o processo de independência, mas nenhum deles influenciou diretamente em sua emancipação.

Nas colônias espanholas, as revoltas e guerras de independência foram lideradas pelos **criollos** (descendentes de espanhóis e indígenas). Na Argentina, Chile e Uruguai, as declarações de independência conduziram estes países para o **regime republicano**, enquanto no Brasil houve o rompimento político com a metrópole, mas adotando-se um **regime monárquico**.

É importante lembrarmos também que, no Brasil, a independência foi liderada pela classe dominante, em sua maioria portugueses, e conduzida para um herdeiro do trono português, enquanto que nos países de colonização espanhola, quem assumiu o poder após a independência foi um membro da elite local.

Em comparação com a independência dos países de origem espanhola, a brasileira foi mais pacífica, visto que não houve guerras de independência no território brasileiro como as ocorridas no Uruguai e Argentina, ainda que tenham ocorrido alguns levantes populares em algumas províncias, como Pernambuco, Bahia e Maranhão.

Podemos entender, diante disso, que o processo de emancipação da América Espanhola foi marcado pela **fragmentação** do território em vários Estados independentes (que originaram, por exemplo, a Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Bolívia). Tal fato se explica, entre outros fatores, pelas disputas regionais entre os caudilhos. No caso da América Portuguesa, por sua vez, a unidade territorial foi mantida graças à ação do governo central, que impediu o sucesso das revoltas separatistas, mantendo o território unido e governado por D. Pedro I, herdeiro do trono português.

A alternativa correta, portanto, é a letra [D].

Gabarito: D

15. (FGV - Adaptada)

"(...) visando aumentar a renda do Estado, em um momento de consolidação do sistema imperial, o liberalismo alfandegário foi abandonado em prol do protecionismo aduaneiro. (...) [O] ministro da Fazenda tinha em mente aumentar a carga fiscal do Estado, aspecto que foi bem recebido pela Câmara. A nova lei (...) estabeleceu que os tributos sobre os produtos de importação subiriam de 15% para 30% (caso não houvesse similar nacional) ou 60% (caso o artigo fosse produzido no país).

(Rubim Santos Leão Aquino et alii, "Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais")

No contexto do Brasil Império, o trecho apresenta

- A) a Lei de Terras.
- B) o Tratado de 1827.
- C) a Bill Aberdeen.



- D) a Tarifa Alves Branco.
- E) a Lei Eusébio de Queiroz.

Comentários

O excerto trazido pela banca destaca algumas características em torno da taxaço de produtos importados, que ocorreu ao longo do século XIX devido à instituiço de uma nova tarifa, conhecida como a **Tarifa Alves Branco**, em 1844. Esta tarifa foi responsável por aumentar a arrecadaço do império e, indiretamente, estimular o surgimento da indústria nacional, como veremos mais detalhadamente abaixo.

Na primeira metade do século XIX, as finanças do Império se encontravam em declínio, com uma balança comercial que apresentava um grande déficit, uma vez que o valor das exportações era superado pelo das importações (a quantidade de produtos comprados era maior do que a de vendidos).

Além disso, a receita do Governo vinha, em sua maioria, da cobrança de impostos, mas a arrecadaço fiscal era muito falha, provocando baixas arrecadações. Isto se dava em virtude da não cobrança, por exemplo, de alguns impostos, como o territorial, uma vez que este contrariava os interesses dos donos de escravos. Além disso, uma série de revoltas nas províncias fazia com que a população não pagasse os seus tributos, agravando as finanças do governo.

Diante disso, os tributos alfandegários tornaram-se a principal fonte da receita orçamentária. Deve-se ressaltar, contudo, que os impostos sobre a importação para o Brasil eram muito baixos. A título de exemplo, a Inglaterra vendia os seus produtos para o Brasil a uma taxa de importação de 15%, enquanto outros países pagavam 24%. Com a Independência do Brasil, em 1822, estes países passaram a exigir a mesma tarifa concedida aos ingleses.

No ano de 1828, por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos, surgiu a lei que estendia a todas as importações brasileiras a tarifa de 15%, o que acabou por diminuir ainda mais a arrecadaço, contribuindo para o maior desequilíbrio comercial e das finanças públicas. Devido à facilitação das importações, o mercado brasileiro era praticamente abastecido por produtos estrangeiros, como tecidos, calçados, remédios, etc.

A produço nacional não se desenvolvia por conta da concorrência estrangeira. No ano de 1844, com o intuito de reduzir o déficit, o Governo imperial decretou uma nova política com relação às tarifas alfandegárias. A nova tarifa para as alfândegas foi elaborada pelo então Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, ficando conhecida como **Tarifa Alves Branco**.

Assinada em 1844, essa tarifa estabelecia a cobrança de 30% sobre os produtos importados ao Brasil sem semelhantes (ou seja, que não fossem produzidos aqui), e 60% sobre aqueles que possuíam semelhantes no Brasil (que já fossem produzidos). Esta medida contribuiu para o desenvolvimento da indústria nacional, favorecendo o crescimento de novas atividades. Embora não tivesse fins **protecionistas**, a Tarifa Alves Branco favoreceu o aumento de nossa produço interna.

A aplicaço da Tarifa Alves Branco provocou violentos protestos por parte dos comerciantes ligados à importação e das nações importadoras, principalmente a Inglaterra. Os ingleses aprovaram, como resposta, o chamado **Bill Aberdeen**, uma lei que permitia que a Marinha inglesa perseguisse navios negreiros até mesmo dentro dos portos brasileiros.



Podemos entender, por fim, que a Tarifa Alves Branco contribuiu consideravelmente para que as rendas públicas crescessem, permitindo que a situação orçamentária do Governo melhorasse. Além disso, ainda que o déficit orçamentário tenha permanecido, a taxaçoão instituída em 1844 também possibilitou o uso das tarifas alfandegárias para favorecer a produção nacional e o desenvolvimento das primeiras indústrias brasileiras.

Concluimos, portanto, que a alternativa correta é a letra [D].

Gabarito: D

16. (FGV - Adaptada)

Documentos inéditos descobertos na Inglaterra relatam que, apenas 13 anos depois de proclamada a Independência, o governo brasileiro pediu auxílio militar às grandes potências da época - Inglaterra e França - para reprimir a Cabanagem (...) no Pará.

(...) Em 1835, o regente Diogo Antônio Feijó reuniu-se secretamente com os embaixadores da França e da Grã-Bretanha.

Durante a reunião, Feijó pediu ajuda militar, de 300 a 400 homens para cada um dos países, no intuito de ajudar o governo central brasileiro a acabar com a rebelião.

(Luís Indriunas, "Folha de S. Paulo", 13.10.1999)

A partir das informações apresentadas pelos documentos encontrados, é correto afirmar que o período regencial

- A) foi marcado pela disputa política entre regressistas e progressistas, que defendiam, respectivamente, a escravidão e a imediata abolição da escravatura.
- B) pode ser considerado parte de um momento especial de construção do Estado nacional no Brasil, durante o qual a unidade territorial esteve em perigo.
- C) não apresentou grande preocupação por parte das autoridades regenciais e nem da aristocracia rural, apesar das inúmeras rebeliões espalhadas pelo país.
- D) teve como característica marcante a ampliação da participação popular por meio do voto universal e da criação do Conselho de Representantes das Províncias do Império.
- E) teve como momento mais importante a aprovação do Ato Adicional de 1834, que estabeleceu medidas político-administrativas voltadas para a centralização política.

Comentários

A questão trazida pela banca discute algumas consequências de uma das revoltas ocorridas no Período Regencial (1831-1840), conhecida como Cabanagem, que aconteceu no Pará entre 1835 e 1840. Tal movimento contou com a participação dos chamados **cabanos**, homens e mulheres pobres, negros, indígenas e mestiços que viviam em casas à beira de rios, semelhantes a cabanas. Dentre os seus principais objetivos, os revoltosos procuravam acabar com as desigualdades sociais e a exploração, defendiam o fim da escravidão e a distribuição de terras para os lavradores. Devido



à sua desorganização, o movimento foi reprimido pelas tropas enviadas pelo governo, sendo que cerca de 30 mil revoltosos foram mortos, e aqueles que sobreviveram, foram presos.

Pensando-se nas disputas políticas entre os regressistas e os progressistas, que defendiam, respectivamente, a escravidão e a imediata abolição da escravatura, entendemos que a Cabanagem oferecia um grande perigo de **alteração da ordem social** brasileira, sendo que, para conter a situação, o então regente Padre Diogo Feijó entrou em contato com os embaixadores da França e da Inglaterra para o combate à revolta. É este episódio ao qual o excerto se refere e que iremos analisar mais detalhadamente.

Em dezembro de 1835, Diogo Antônio Feijó comandava o governo brasileiro. Feijó convocou os embaixadores da Inglaterra e da França para uma audiência secreta e confidencial, a ser realizada no Rio de Janeiro, na qual Lhes disse que esperava reunir no Pará, até abril do ano seguinte, uma força de aproximadamente três mil homens, que seriam direcionados para a retomada do controle da capital e das áreas próximas que estavam sob o poder dos cabanos.

Dentre os homens que seriam reunidos, Feijó incluía mil que poderiam ser colocados pela Inglaterra, França e Portugal, 300 ou 400 de cada país. As forças estrangeiras atuariam próximas a Belém, a pedido ou sob a direção das autoridades civis e militares brasileiras. A presença estrangeira seria justificada, de acordo com Feijó, em função de interesses humanitários e civilizatórios por parte dos outros países, tanto quanto pela proteção das vidas e das propriedades dos cidadãos estrangeiros estabelecidos na província do Pará. Feijó não queria, dessa forma, que fosse divulgado que essa intervenção estrangeira aconteceria a pedido do governo brasileiro.

Surpresos com o pedido de Feijó, os embaixadores da Inglaterra e da França afirmaram que qualquer medida somente poderia ser instituída após a comunicação por escrito e fundamentada pelo Império Brasileiro, dentro das regras constitucionais do país, o que foi negado por Feijó. O regente afirmou que a Constituição do império proibia o ingresso de tropas estrangeiras no Brasil sem a autorização da Assembleia Geral, que não poderia ser convocada a tempo (uma vez que se encontrava em recesso).

Tal solicitação contribuiria para que o governo brasileiro fosse desacreditado pela população, uma vez que seria visto como incapaz de acabar com uma revolta interna sem o auxílio de outros países. Isto explica o porquê de o encontro com os embaixadores ter sido pessoal e confidencial. Após retornarem para os seus países, os embaixadores comunicaram o que foi conversado, tendo sido documentado pelos respectivos países e, ao final do século XX, vieram a público devido às pesquisas históricas mais recentes.

Diante do que foi exposto, percebemos que a alternativa a ser assinalada corretamente é a letra [B], visto que as informações apresentadas mostram parte de um momento de construção do Estado nacional no Brasil, durante o qual a unidade territorial esteve em perigo.

Gabarito: B

17. (FGV - Adaptada)

Leia os quatro trechos seguintes.



I. Acreditavam os conspiradores que a derrama seria o estopim que faria explodir a rebelião contra a dominação colonial. Em uma de suas reuniões criaram até a palavra de ordem para começarem a agir. "Tal dia faço o batizado" era a senha.

II. Dois envolvidos (...) escaparam às garras da repressão: José Basílio da Gama, que fugiu para Lisboa quando começaram as prisões, e Manoel Arruda da Câmara, que era sócio correspondente da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, mas vivia no exterior. (...) O fato é que um ano após a prisão dos acusados nada de grave fora apurado, até porque recorreram ao recurso de negar articulação contra o domínio português. Em geral admitiram que suas reuniões eram marcadas por discussões filosóficas e científicas.

III. (...) dentre os 33 presos e processados, havia 11 escravos, cinco alfaiates, seis soldados, três oficiais, um negociante e um cirurgião. (...) Suas ideias principais envolviam o seguinte: a França constituía o modelo a seguir; o fim da escravidão; a separação entre Igreja e Estado (...)

IV. Criou-se um Governo Provisório (...), integrado por representantes de cinco segmentos da sociedade: Domingos Teotônio Jorge (militares), Domingos José Martins (comerciantes), Manoel Correia de Araújo (agricultores), padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro (sacerdotes) e doutor José Luís Mendonça (magistrados). (...) Empenhado em ampliar o movimento anticolonial, o Governo Provisório enviou emissários a outras capitanias: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Bahia.

(Rubim Santos Leão Aquino et alii, "Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais")

Os trechos de I a IV tratam, respectivamente, dos seguintes eventos

- A) Conjuração Mineira; Confederação do Equador; Conjuração Baiana; Guerra dos Mascates.
- B) Conjuração Mineira; Conjuração do Rio de Janeiro; Conjuração Baiana; Revolução de 1817.
- C) Revolta de Vila Rica; Conjuração do Rio de Janeiro; Conjuração Baiana; Revolução de 1817.
- D) Conjuração Mineira; Conjuração do Rio de Janeiro; Revolução de 1817; Revolta dos Cabanos.
- E) Conjuração Baiana; Conjuração Mineira; Revolução de 1817; Conspiração dos Suassuna.

Comentários

Os quatro excertos trazidos pela banca remetem aos movimentos emancipacionistas ocorridos no Brasil entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Diante disso, analisemos cada uma delas, marcando a quais movimentos se referem.

I. (**CONJURAÇÃO MINEIRA**) Acreditavam os conspiradores que a derrama seria o estopim que faria explodir a rebelião contra a dominação colonial. Em uma de suas reuniões criaram até a palavra de ordem para começarem a agir. "Tal dia faço o batizado" era a senha.

Devido aos altos impostos cobrados ao longo do século XVIII, ocorreu uma crise econômica na qual os mineradores não conseguiam mais pagar as taxas. Portugal, então, estipulou a cobrança da **Derrama**, em 1765, que representava a cobrança compulsória dos impostos atrasados. Isto gerou inúmeras insatisfações na população e contribuiu para que, em 1789, ocorresse aquela que ficou



conhecida como a **Inconfidência (ou Conjuração) Mineira**, de caráter separatista, sob a liderança do alferes Tiradentes e outros letrados, cujos referenciais iluministas já estavam existentes. Denunciada por Joaquim Silvério dos Reis, um de seus membros, em troca do perdão de suas dívidas, a revolta foi contida e seus líderes presos, à exceção de Tiradentes, membro mais pobre, que foi punido com o esgarçamento.

II. (CONJURAÇÃO DO RIO DE JANEIRO) Dois envolvidos (...) escaparam às garras da repressão: José Basílio da Gama, que fugiu para Lisboa quando começaram as prisões, e Manoel Arruda da Câmara, que era sócio correspondente da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, mas vivia no exterior. (...) O fato é que um ano após a prisão dos acusados nada de grave fora apurado, até porque recorreram ao recurso de negar articulação contra o domínio português. Em geral admitiram que suas reuniões eram marcadas por discussões filosóficas e científicas.

A **Conjuração do Rio de Janeiro (ou Conjuração Carioca)** foi criada em um contexto marcado pelo questionamento do modo como a metrópole portuguesa lidava com suas colônias na América. O ponto de encontro era a sede da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, fundada em 1786. Lá, debatiam acerca de assuntos que envolviam astronomia, filosofia, religiosidades, artes e outros temas pertinentes.

No ano de 1794, surgiram denúncias de que os integrantes da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, inspirados pelos ideais iluministas e pela Inconfidência Mineira (1789), estariam fazendo críticas contra a Igreja e o Estado. Também foram acusados de adotar ideias emancipacionistas. O Vice-Rei, Conde de Rezende, acusou os seus membros, apontando que os envolvidos estariam se reunindo secretamente e propagando ideias republicanas, o que acabaria por gerar a insatisfação dos adeptos da monarquia. Entre os principais acusados estavam o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Vicente Gomes e João Manso Pereira. Como resultado da acusação e das investigações, os envolvidos foram presos, mas, por falta de provas, os acusados foram declarados inocentes e postos em liberdade.

III. (CONJURAÇÃO BAIANA) (...) dentre os 33 presos e processados, havia 11 escravos, cinco alfaiates, seis soldados, três oficiais, um negociante e um cirurgião. (...) Suas ideias principais envolviam o seguinte: a França constituía o modelo a seguir; o fim da escravidão; a separação entre Igreja e Estado (...)

Em virtude da decadência da economia açucareira e da transferência da capital da colônia para o Rio de Janeiro, em 1763, a Bahia passava por uma grave crise econômica, especialmente as camadas inferiores, composta por ex-escravos, pequenos artesãos e mestiços. Em 1797 é fundada, em Salvador, a primeira loja maçônica do Brasil (Loja dos Cavaleiros da Luz). Participavam de suas reuniões, dentre outros, os intelectuais Cipriano Barata e Francisco Muniz Barreto. Contaram, também, com o apoio de pessoas provenientes de camadas populares: João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens. A partir de 1798, circulam panfletos dirigidos à população, conclamando a todos a uma revolução e à proclamação da República Baiana. Os panfletos defendiam a igualdade social, a liberdade de comércio, o trabalho livre, extinção de todos os privilégios sociais e preconceito de cor. Este movimento apresenta um forte caráter popular, sendo por isto também conhecido como a **Revolta dos Alfaiates** ou **Conjuração Baiana**.

IV. (REVOLUÇÃO DE 1817) Criou-se um Governo Provisório (...), integrado por representantes de cinco segmentos da sociedade: Domingos Teotônio Jorge (militares), Domingos José Martins



(comerciantes), Manoel Correia de Araújo (agricultores), padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro (sacerdotes) e doutor José Luís Mendonça (magistrados). (...) Empenhado em ampliar o movimento anticolonial, o Governo Provisório enviou emissários a outras capitanias: Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e Bahia.

Ocorrida na província de Pernambuco, essa revolta foi resultado da insatisfação de muitos moradores com o crescente aumento dos impostos pagos, que sustentavam apenas os luxos da Corte no Rio de Janeiro. A queda no preço do açúcar no mercado internacional também favoreceu a eclosão da Revolução, contrária ao governo de D. João VI. Apesar de os grupos envolvidos em sua liderança possuírem diferentes metas, um consenso era a proclamação da república. O governo imperial reagiu e enviou as tropas para combater a insurreição, que a essa altura havia tomado a província e estabelecido um **governo provisório**. Foi a única rebelião anterior à independência que superou a conspiração e agiu de forma a tomar o poder, permanecendo nele por cerca de 2 meses e meio. Seus líderes foram condenados à morte.

Com isso, os movimentos são, respectivamente, a Conjuração Mineira, a Conjuração do Rio de Janeiro, a Conjuração Baiana e a Revolução Pernambucana de 1817, ou seja, a alternativa correta é a letra [B].

Gabarito: B

18. (FGV - Adaptada)

A Lei de Terras, aprovada em 1850, duas semanas após a proibição do tráfico de escravos, "tentou pôr ordem na confusão existente em matéria de propriedade rural, determinando que, no futuro, as terras públicas fossem vendidas e não doadas, como acontecera com as antigas sesmarias, estabeleceu normas para legalizar a posse de terras e procurou forçar o registro das propriedades."

Boris Fausto, "História do Brasil", 1994.

Sobre essa Lei de Terras é correto afirmar que:

- A) Sua promulgação coincidiu com a Lei Eusébio de Queiroz, mas não há nenhuma relação de causalidade entre ambas.
- B) Ao entrar em vigor, não foi respeitada, podendo ser considerada mais uma "lei para inglês ver".
- C) Sua promulgação foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes.
- D) Sua aprovação naquele momento decorreu de os Estados Unidos terem acabado de aprovar uma lei de terras para o seu território.
- E) Ao entrar em vigor, teve efeito contrário ao de sua intenção original, que era a de facilitar o acesso à propriedade.

Comentários

A questão traz a temática da chamada **Lei de Terras**, de 1850, aprovada pouco tempo depois que a Lei Eusébio de Queirós foi instituída, responsável pela proibição do tráfico de africanos escravizados



para o Brasil. Diante disso, percebemos que o incentivo à vinda de imigrantes, na segunda metade do século XIX, foi amplamente motivado. Analisemos um pouco mais a respeito da sua elaboração e quais foram os motivos que a incentivaram.

A lei 601 de 18 de setembro de 1850, que ficou conhecida como Lei de Terras, foi a primeira tentativa de organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia documentos que garantissem a posse das terras. A partir das modificações socioeconômicas que o Brasil passava, o governo se viu pressionado a definir essa questão.

O tráfico negreiro, que representava uma grande fonte de lucros na época, teria de ser substituído por outra atividade, sobretudo a agricultura. Neste mesmo período, desenvolveu-se o projeto de incentivo à imigração, que seria financiado com a dinamização da economia agrícola e regularizaria o acesso à terra frente aos novos trabalhadores assalariados.

Ficou estabelecido, a partir dessa lei, que as terras somente poderiam ser adquiridas através da compra e venda, ou por doação feita pelo Estado. Não seria mais permitido a sua obtenção por meio de posse (**usucapião**). Aos que já ocupavam algum lote, seria dado o título de proprietário. A única exigência era residir e produzir nesta localidade.

Percebemos, com isso, que os ex-escravos e imigrantes teriam inúmeras restrições para conseguirem uma porção de terra para viver e cultivar. As chamadas **terras devolutas**, que não tinham dono e não estavam sob os cuidados do Estado, poderiam ser obtidas somente por meio da compra junto ao governo.

A partir disso, uma série de documentos começaram a ser forjados para garantir e ampliar a posse de terras dos latifundiários. Dessa forma, a Lei de Terras transformou a terra em mercadoria, ao mesmo tempo em que garantiu a posse e o enriquecimento dos antigos latifundiários. As maiores terras ficaram concentradas nas mãos desses proprietários e passaram aos seus descendentes na forma de herança.

Entendemos, com isso, que a sua promulgação, feita por D. Pedro II em 1850, foi concebida como uma forma de evitar o acesso à propriedade da terra por parte de futuros imigrantes. Logo, a alternativa correta é a letra [C].

Gabarito: C

19. (FGV - Adaptada)

"Não se pode esquecer os laços estreitos que ligavam a economia agroexportadora brasileira à Inglaterra. Os ingleses, nas décadas de 1840-50, praticamente dominavam o comércio de importação-exportação do país; nos anos de 1840, firmas britânicas controlavam 50% das exportações brasileiras de café e açúcar e 60% das de algodão. Da mesma maneira, os bancos ingleses, através de empréstimos externos ao Estado, se faziam presentes na economia nacional. A este tipo de presença econômica, agrega-se que as pressões inglesas (...) assumiam a forma militar, com o aprisionamento de navios brasileiros."

(João L. Fragoso e Francisco C. T. da Silva, "A Política no Império e no início da República Velha." In Maria Yedda Linhares (org.), "História Geral do Brasil")



Além dessa presença econômica, o país citado exerceu pressões para que o governo brasileiro

- A) aprovasse a Tarifa Alves Branco.
- B) abolisse o tráfico negreiro.
- C) impulsionasse a "Era Mauá".
- D) rompesse relações com o Paraguai.
- E) aceitasse o "Funding Loan".

Comentários

O excerto trazido pela banca destaca algumas características em torno da taxaço de produtos importados, que ocorreu ao longo do século XIX devido à instituição de uma nova tarifa, conhecida como a **Tarifa Alves Branco**, em 1844. Esta tarifa foi responsável por aumentar a arrecadação do império e, indiretamente, estimular o surgimento da indústria nacional. Ao final do excerto, contudo, vemos a menção ao aprisionamento de navios brasileiros, a partir de uma ação militar dos ingleses. Para compreendermos a respeito desse aprisionamento, precisamos, contudo, retomar as origens econômicas do período.

Na primeira metade do século XIX, as finanças do Império se encontravam em declínio, com uma balança comercial que apresentava um grande déficit, uma vez que o valor das exportações era superado pelo das importações (a quantidade de produtos comprados era maior do que a de vendidos).

Além disso, a receita do Governo vinha, em sua maioria, da cobrança de impostos, mas a arrecadação fiscal era muito falha, provocando baixas arrecadações. Isto se dava em virtude da não cobrança, por exemplo, de alguns impostos, como o territorial, uma vez que este contrariava os interesses dos donos de escravos. Além disso, uma série de revoltas nas províncias fazia com que a população não pagasse os seus tributos, agravando as finanças do governo.

Diante disso, os tributos alfandegários tornaram-se a principal fonte da receita orçamentária. Deve-se ressaltar, contudo, que os impostos sobre a importação para o Brasil eram muito baixos. A título de exemplo, a Inglaterra vendia os seus produtos para o Brasil a uma taxa de importação de 15%, enquanto outros países pagavam 24%.

No ano de 1828, por iniciativa de Bernardo Pereira de Vasconcelos, surgiu a lei que estendia a todas as importações brasileiras a tarifa de 15%, o que acabou por diminuir ainda mais a arrecadação, contribuindo para o maior desequilíbrio comercial e das finanças públicas. Devido à facilitação das importações, o mercado brasileiro era praticamente abastecido por produtos estrangeiros, como tecidos, calçados, remédios, etc., sobretudo vindos da Inglaterra.

A produção nacional não se desenvolvia por conta da concorrência estrangeira. No ano de 1844, com o intuito de reduzir o déficit, o Governo imperial decretou uma nova política com relação às tarifas alfandegárias. A nova tarifa para as alfândegas foi elaborada pelo então Ministro da Fazenda, Manuel Alves Branco, ficando conhecida como **Tarifa Alves Branco**.

Assinada em 1844, essa tarifa estabelecia a cobrança de 30% sobre os produtos importados ao Brasil sem semelhantes (ou seja, que não fossem produzidos aqui), e 60% sobre aqueles que possuíam semelhantes no Brasil (que já fossem produzidos). Esta medida contribuiu para o desenvolvimento



da indústria nacional, favorecendo o crescimento de novas atividades. Embora não tivesse fins **protecionistas**, a Tarifa Alves Branco favoreceu o aumento de nossa produção interna.

A aplicação da Tarifa Alves Branco provocou violentos protestos por parte dos comerciantes ligados à importação e das nações importadoras, principalmente a Inglaterra. Os ingleses aprovaram, como resposta, o chamado **Bill Aberdeen**, em 1845, que era uma lei permitindo que a Marinha inglesa perseguisse navios negreiros até mesmo dentro dos portos brasileiros.

Entendemos, diante disso, que as pressões inglesas contra o tráfico negreiro praticado no Brasil tinham por objetivo central incentivar o crescimento da mão de obra assalariada e que, segundo se esperava, aumentaria o consumo dos produtos ingleses. Tais pressões atingiriam o seu auge com a aprovação do Bill Aberdeen (1845) e resultariam na aprovação da **Lei Eusébio de Queirós**, em 1850, que extinguiu o tráfico internacional de escravos.

Com isso, sabemos que a alternativa correta é a letra [B].

Gabarito: B

20. (FGVRJ 2013)

A história da construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX foi a história da tensão entre unidade e autonomia. Por outro lado, no interior do Estado, de elites com fortes vínculos com os interesses de sua região de origem e ao mesmo tempo comprometidas com uma determinada política nacional, pautada pela negociação destes interesses e pela manutenção da exclusão social, marcou não apenas o século XIX, como também o século XX. Através do parlamento essas elites regionais têm imposto uma determinada dinâmica para o jogo político que se materializa na imensa dificuldade de empreender reformas sociais profundas.

Dolhnikoff, Miriam. O pacto imperial. As origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005, p. 11-12.

De acordo com o ponto de vista apresentado no texto,

- A) a história brasileira é marcada por práticas de tolerância política acentuadas nas últimas décadas com a redemocratização do país.
- B) o parlamento é a única instituição política imune aos interesses e ao controle das elites regionais brasileiras.
- C) as profundas reformas sociais só foram possíveis graças às transformações políticas ocorridas na primeira metade do século XIX no Brasil.
- D) a dinâmica política do Estado nacional se constituiu com base em negociações entre as elites regionais e a exclusão social de outros setores.
- E) as características descritas sobre o Estado revelam a supremacia do Poder Judiciário sobre o Poder Legislativo na história política brasileira.

Comentários

A autora, no trecho citado, salienta o caráter elitista da vida política brasileira, com arranjos que excluía a participação popular no processo político. O próprio fato de que durante parte



considerável do Império (século XIX) o voto era censitário, restrito a uma limitadíssima parcela mais rica da população, reforça essa característica que a República não reverteu de imediato. Aspectos como o voto de cabresto e os currais eleitorais, típicos da República Velha, mostram exatamente esse predomínio das elites locais no uso da política em benefício apenas de seus interesses.

Gabarito: D

21. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2018)

De 1854 a 1858, foram construídas as primeiras linhas telegráficas e de navegação e as primeiras estradas de ferro, a iluminação a gás chegou às cidades, e o número de escolas e de estabelecimentos de instrução começou a crescer. A urbanização da capital passava por uma revolução. Nos locais de maior acesso foram sendo edificadas palácios, jardins públicos e amplas avenidas. Ao longo do século XIX, a corte obteve, ainda, outras melhorias: arborização, calçamento com paralelepípedo, iluminação a gás, bondes puxados a burro, rede de esgoto e abastecimento domiciliar de água. (Lilia M. Schwarcz; Heloisa M. Starling. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Adaptado).

A partir do trecho, é correto afirmar que uma das principais características do Brasil no século XIX era:

- A) a oposição entre uma economia rural, desconectada das economias centrais do capitalismo, e o processo de modernização dos centros urbanos.
- B) a concentração de recursos em cidades escravistas, como São Paulo e Porto Alegre, em oposição à carência material de cidades como Rio de Janeiro e Salvador.
- C) o contraste entre as pretensões civilizadoras da corte e a violência da escravidão somada à alta densidade de negros escravizados nas principais cidades.
- D) a facilidade de integração territorial, em termos de transporte e comunicação, em um país de dimensões continentais densamente povoado.
- E) o complexo processo de reurbanização e modernização que atingiu igualmente todo o território nacional.

Comentários

O excerto trazido nos apresenta uma das principais características do Brasil oitocentista, o qual procurava estabelecer um projeto de **modernização e civilização** das principais cidades brasileiras, no que diz respeito à comunicação, iluminação, meios de transporte e crescimento dos estabelecimentos de ensino, rede de abastecimento domiciliar de água, dentre outros fatores.

Em oposição a este projeto estabelecido pela Corte Portuguesa, contudo, um aspecto negativo desta mesma sociedade esteve amplamente inserido no período: a **escravidão e a violência contra os negros** nas principais cidades, sobretudo o Rio de Janeiro e Salvador.

É preciso ressaltar, dessa forma, que o processo de modernização do Brasil, empreendido desde o século XIX, esbarrava em problemas sociais amplamente prejudiciais, uma vez que a ideia de progresso e modernidade eram contrariadas pela existência e permanência de inúmeras casas com



o sistema escravista vigente, misturando-se os ideais de “avanço” e “retrocesso” em uma mesma parcela da sociedade.

Gabarito: C

22. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2016)

Observe a imagem a seguir.



A tela *Iracema* (1881), de José Maria de Medeiros, é um símbolo:

- A) do isolamento da monarquia, representada pela indígena melancólica e solitária, no contexto de crise do império.
- B) da vitória do Brasil na guerra do Paraguai, retratada pela flecha enterrada na areia, ressaltando o papel dos povos indígenas nas batalhas.
- C) do apogeu do império, no seu momento de maior prosperidade econômica e força política, representadas pela louvação aos primeiros colonizadores portugueses.
- D) do movimento romântico indigenista, que se apropriou da imagem do herói nativo para resgatar as origens brasileiras e fomentar o nacionalismo.
- E) da retomada da importância econômica que a exploração do pau-brasil, realizada com a ajuda dos povos nativos, teve no início do período colonial.

Comentários

O quadro de 1881, cujo título “*Iracema*” faz referência ao romance **indianista** homônimo escrito por José de Alencar, em 1865, no qual a índia *Iracema* se apaixona pelo português Martim, cujo fruto de seu relacionamento, Moacir, é considerado, na obra, o primeiro brasileiro.

A tela, bem como a obra de Alencar, são exemplos claros do Romantismo brasileiro, no qual o indivíduo retratado se refere a uma figura essencialmente brasileira (o índio), o qual representa a **nação brasileira** e que deve, dessa forma, resgatar as origens e os ideais nacionalistas.

Assim, **Iracema** representa a coragem, honestidade, a beleza e a pureza do Brasil, romantizada e construída de acordo com um estado de exaltação do herói nativo.

Gabarito: D



23. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2014)

“Um boato corre, há dias, pela cidade que tem enchido a uns de pavor, e a outros de indignação, em cujo último número me coloco”, desabafou o médico Joaquim Cândido Soares de Meirelles (1797-1868), diante do clima de pânico instaurado no Rio de Janeiro em 1831. Rumores crescentes garantiam estar em andamento, na capital do Império, uma trama conspiratória inspirada na Revolução do Haiti (1791-1825).

(Iuri Lapa, **O Haiti é aqui?** Revista de História da Biblioteca Nacional, 03.03.2010).

O clima instaurado na ocasião tinha origem

A) na propaganda abolicionista promovida pelos revolucionários haitianos e pela população do norte dos EUA, mais afeita ao trabalho livre, à pequena propriedade e à policultura, e defensora da libertação dos escravos em todo o continente americano.

B) na defesa da revolução realizada pelos herdeiros políticos da Revolução Francesa, que defendiam que o governo francês exportasse a radicalidade revolucionária para o outro lado do Atlântico, ameaçando a existência institucional do Império no Brasil.

C) na aproximação política entre os líderes republicanos da independência de alguns países da América Latina, como Bolívar (Venezuela), San Martín (Argentina) e Toussaint-Louverture (Haiti), que queriam transformar o Brasil em uma República.

D) no fantasma que assombrou por décadas os senhores escravistas do Brasil, receosos de que se repetisse aqui o movimento haitiano, no qual convergiram abolição da escravidão e proclamação da independência, incluindo o massacre de brancos.

E) no sentimento anticomunista existente no Brasil desde o início do século XIX, quando a elite escravista assistiu assustada à tomada do poder no Haiti por revolucionários socialistas, inspirados nas ideias do socialismo utópico de Saint-Simon.

Comentários

A questão apresenta, como pano de fundo, a **Revolução Haitiana** (1791), liderada pelo negro **Toussaint L'Ouverture**, na qual os escravos da colônia de São Domingos (atual Haiti) se rebelaram contra os colonizadores franceses.

Sob os ideais **iluministas** e **republicanos** da Revolução Francesa (1789), este levante declarou independência em relação à França e proclamou o fim da sua escravidão no ano de 1793.

Por ter sido a primeira **revolta de escravos** que obteve êxito, tendo abolido a escravidão na região, a revolta do Haiti representou uma ameaça aos senhores de escravos de outras colônias na América, inclusive no Brasil, os quais temiam que uma nova insurreição libertasse os escravos e matasse os colonizadores.

Gabarito: D



24. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2013)

Para responder à questão, leia um trecho adaptado de uma entrevista concedida pelo historiador pernambucano Evaldo Cabral de Mello ao Jornal do Commercio, de Recife, em 22 de janeiro de 2008, por ocasião do bicentenário da chegada da família real ao Brasil.

JORNAL DO COMMERCIO – O Brasil tem motivos para comemorar os 200 anos da chegada da família real?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Só os cariocas. O Brasil ou é oito ou é oitenta. Há alguns anos, era oito: tinha grande êxito um filme que punha na tela antigos chavões sobre a presença da corte lusitana no Rio. Hoje estamos no oitenta: dom João VI passou de idiota régio a estadista ocidental.

JORNAL DO COMMERCIO – Se pudéssemos simplificar em duas palavras, a vinda da família real trouxe mais benefícios ou prejuízos para o Nordeste?

IVALDO CABRAL DE MELLO – Claro que prejuízos, e imediatos. Primeiro, a corte ficava muito mais perto, segundo, houve a espoliação das províncias promovida pela família real, em terceiro lugar, a presença de dom João era o esforço de um futuro regime centralizador, embora não se possa dizer que desde dom João o assunto já fosse de favas contadas.

Entre as reações à política estabelecida pela família real, é possível citar:

A) a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador (1824), em Pernambuco, que questionavam a espoliação fiscal e a centralização do poder promovidas pelo Rio de Janeiro, capital do Império Português a partir de 1808 e, depois de 1822, capital do Império do Brasil.

B) o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-38), ambos na Bahia, que questionavam de forma radical a ordem escravista e colocavam em xeque o poder dos grandes proprietários da região, tendo obtido, nos dois casos, apoio massivo de escravos e ex-escravos.

C) a Cabanagem (1835-1840), no Pará, e a Balaiada (1838- 1841), no Maranhão, que objetivavam estabelecer, no Brasil, uma república jacobina nos moldes da república existente na França, na tentativa de radicalizar as lutas sociais existentes no período regencial.

D) a Revolução Farroupilha (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e a Revolução Praieira (1848), em Pernambuco, que tinham como princípio político fundamental a defesa do separatismo e da formação de repúblicas democráticas em que não haveria escravidão.

E) o Golpe da Maioridade (1840) e a Política de Conciliação (1850-1870), que buscavam romper com a herança política de D. João VI e D. Pedro I a partir de uma proposta de implementar no Brasil o federalismo, que descentralizava o poder e garantia autonomia às províncias.

Comentários

A vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, em decorrência das invasões napoleônicas à Portugal, representou um novo tipo de administração para a colônia. Primeiramente, mantinha os privilégios dos grupos políticos mais influentes no Brasil: os comerciantes portugueses e os membros das **elites rurais** brasileiras.



Em segundo lugar, a administração da colônia era diretamente influenciada pelas transformações europeias, o que se pode evidenciar pela expansão de grandes centros urbanos, como o Rio de Janeiro, que passou a ocupar o lugar de **capital do império português**.

Neste contexto, a criação de um **aparelho estatal centralizador**, que transferiu a capital do império de Salvador para o Rio de Janeiro, trouxe medidas por parte da corte portuguesa que desagradaram aos brasileiros: os gastos da Corte, o aumento dos impostos e a ocupação de cargos públicos, predominantemente, por portugueses, foram fatores que deixaram a população insatisfeita.

Assim, os revoltosos de Pernambuco, insatisfeitos com a situação, sob a liderança de Domingos José Martins, ocuparam Recife e prenderam o governador de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, dando início, em 1817, à Revolução Pernambucana, de caráter separatista.

Outro acontecimento daí decorrente foi a Confederação do Equador (1824), fruto da transferência do eixo econômico brasileiro, que passou da região nordeste para a sudeste, após um período de crises no abastecimento e do baixo crescimento no século XIX, e da dissolução da Assembleia Constituinte e respectiva outorga da Constituição de 1824, feitas por D. Pedro I.

Sob a liderança de **Frei Caneca** e **Cipriano Barata**, seria adotado um regime republicano e de caráter liberal. O movimento não resultou como o esperado e os envolvidos foram condenados.

Gabarito: A

25. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2012)

O dia 21 de abril, data do enforcamento de Tiradentes, tornou-se feriado logo após a proclamação da República. Durante o Império, no entanto, a lembrança do episódio da Conjuração Mineira era incômoda, pois:

- A) os inconfidentes tinham demonstrado clara oposição à forma monárquica de governo.
- B) a revolta nas Minas Gerais se declarou muitas vezes contrária à independência.
- C) a escravidão, mantida no Império, foi questionada pelos inconfidentes, que defendiam a abolição.
- D) a elite imperial se identificava com o Iluminismo, negado pelos revoltosos de 1789.
- E) os dois imperadores do Brasil eram contrários aos impostos defendidos pelos inconfidentes.

Comentários

A Inconfidência Mineira ocorreu no ano de 1789 e foi uma Revolta de caráter **separatista** em relação à Metrópole Portuguesa. Defendia, dentre outros fatores, a adoção de um regime **republicano** como forma de governo, em detrimento ao regime monárquico. Seus líderes eram letrados e tinham predileção pelos ideais franceses da Revolução e do Iluminismo, ambos do século XVIII.

Dentre tais líderes, temos o alferes **Tiradentes**, um dos poucos que advinha de uma parcela mais baixa da sociedade e o único a ser condenado à morte, sob a pena de **esquartejamento**. Tal punição, severamente aplicada, representava uma forma de coerção social, a fim de se evitar que novas insurgências ganhassem corpo.

Gabarito: A



26. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

Após a Independência, o processo de formação do Estado Nacional no Brasil foi marcado:

- A) pela ruptura das relações econômicas de dependência frente aos países europeus.
- B) pela abolição do trabalho escravo e de todas as formas de sujeição dos seres humanos.
- C) pelas atitudes recolonizadoras e militares do Estado e do governo português.
- D) pelas lutas em prol da integração das diferentes regiões do país ao poder central.
- E) pela queda da dinastia portuguesa e pela instituição do regime republicano.

Comentários

A questão faz referência ao processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, resultado do pós-Independência em relação a Portugal, em 1822. É importante considerar que tal período foi marcado por uma busca pela **integração** das regiões do país ao Poder Central, até então fragmentado em decorrência de uma série de revoltas de caráter emancipacionista, sobretudo na segunda metade do século XVIII.

Como principais exemplos dessas lutas pela independência, podemos citar os casos da Inconfidência Mineira, em 1789, da Conjuração Baiana, de 1798 e, finalmente, em 1817, com a Revolução Pernambucana, fruto da elevada cobrança de impostos advindos com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808.

Diante deste cenário, buscou-se reestruturar o Estado Nacional do Brasil com base em um processo de centralização do poder, procurando reorganizar o país em meio às instabilidades geradas no período anterior à independência.

É preciso destacar, também, a respeito das demais alternativas, que a instituição do regime republicano se deu apenas em 1889; as relações econômicas frente a outros países europeus, sobretudo a Inglaterra, não foram rompidas; o trabalho escravo somente foi abolido no ano de 1888, com a assinatura da **Lei Áurea**; enfim, o Estado Português não tentou recolonizar o país, mas manter certo controle a partir do reinado de Dom Pedro I, o qual perdurou entre os anos de 1822 e 1831.

Gabarito: D

27. (VUNESP - PM-SP - Oficial / 2010)

Após a Independência, o processo de formação do Estado Nacional no Brasil foi marcado:

- A) pela ruptura das relações econômicas de dependência frente aos países europeus.
- B) pela abolição do trabalho escravo e de todas as formas de sujeição dos seres humanos.
- C) pelas atitudes recolonizadoras e militares do Estado e do governo português.
- D) pelas lutas em prol da integração das diferentes regiões do país ao poder central.
- E) pela queda da dinastia portuguesa e pela instituição do regime republicano.



Comentários

A questão faz referência ao processo de formação do Estado Nacional Brasileiro, resultado do pós-Independência em relação a Portugal, em 1822. É importante considerar que tal período foi marcado por uma busca pela **integração** das regiões do país ao Poder Central, até então fragmentado em decorrência de uma série de revoltas de caráter emancipacionista, sobretudo na segunda metade do século XVIII.

Como principais exemplos dessas lutas pela independência, podemos citar os casos da Inconfidência Mineira, em 1789, da Conjuração Baiana, de 1798 e, finalmente, em 1817, com a Revolução Pernambucana, fruto da elevada cobrança de impostos advindos com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808.

Diante deste cenário, buscou-se reestruturar o Estado Nacional do Brasil com base em um processo de centralização do poder, procurando reorganizar o país em meio às instabilidades geradas no período anterior à independência.

É preciso destacar, também, a respeito das demais alternativas, que a instituição do regime republicano se deu apenas em 1889; as relações econômicas frente a outros países europeus, sobretudo a Inglaterra, não foram rompidas; o trabalho escravo somente foi abolido no ano de 1888, com a assinatura da **Lei Áurea**; enfim, o Estado Português não tentou recolonizar o país, mas manter certo controle a partir do reinado de Dom Pedro I, o qual perdurou entre os anos de 1822 e 1831.

Gabarito: D

28. (Vunesp 2013)

O Brasil assistiu, nos últimos meses de 1822 e na primeira metade de 1823,

- A) ao reconhecimento da Independência brasileira pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por Portugal.
- B) ao esforço do imperador para impor seu poder às províncias que não haviam aderido à Independência.
- C) à libertação da Província Cisplatina, que se tornou independente e recebeu o nome de Uruguai.
- D) à pacífica unificação de todas as partes do território nacional, sob a liderança do governo central, no Rio de Janeiro.
- E) à confirmação, pelas Cortes portuguesas e pela Assembleia Constituinte, do poder constitucional do imperador.

Comentários

O período que se seguiu a proclamação da independência foi marcado por um conjunto de conflitos e denominado de “guerras de independência”. A cultura social foi marcada historicamente pela ideia de que a Independência do Brasil foi pacífica, desprezando as lutas das populações urbanas e das elites agrárias regionais, destacando-se as províncias do norte (nordeste) do Brasil. Tais conflitos se deram pela resistência de militares e mercadores lusitanos, contrários à Independência, e, em diversos casos, a vitória ocorreu com a ajuda de mercenários.



Gabarito: B

29. (Vunesp 2012)

A maioria do príncipe D. Pedro foi antecipada, em 1840, para que ele pudesse assumir o trono brasileiro. Entre os objetivos do chamado Golpe da Maioridade, podemos citar o esforço de:

- A) obter o apoio das oligarquias regionais, insatisfeitas com a centralização política ocorrida durante o Período Regencial.
- B) ampliar a autonomia das províncias e reduzir a interferência do poder central nas unidades administrativas.
- C) abolir o Ato Adicional de 1834 e aumentar os efeitos federalistas da Lei Interpretativa do Ato, editada seis anos depois.
- D) promover ampla reforma constitucional de caráter liberal e democrático no país, reagindo ao centralismo da Constituição de 1824.
- E) restabelecer a estabilidade política, comprometida durante o Período Regencial, e conter revoltas de caráter regionalista.

Comentários

O golpe da maioria foi articulado pelo Partido Liberal, como forma de recuperar o poder que estava nas mãos de Araújo Lima do Partido Conservador. No entanto, a lei que antecipou a maioria de D. Pedro II foi aprovada com o apoio de deputados do Partido Conservador, que viam nesse procedimento político uma forma de garantir a unidade nacional e centralizar o poder, já que as rebeliões que ocorriam no país ameaçavam a unidade territorial.

Gabarito: E

30. (Vunesp 2013)

A Revolução Farroupilha foi um dos movimentos armados contrários ao poder central no Período Regencial brasileiro (1831-1840). O movimento dos Farrapos teve algumas particularidades, quando comparado aos demais.

Em nome do povo do Rio Grande, depus o governador Braga e entreguei o governo ao seu substituto legal Marciano Ribeiro. E em nome do Rio Grande do Sul eu lhe digo que nesta província extrema [...] não toleramos imposições humilhantes, nem insultos de qualquer espécie. [...] O Rio Grande é a sentinela do Brasil, que olha vigilante para o Rio da Prata. Merece, pois, maior consideração e respeito. Não pode e nem deve ser oprimido pelo despotismo. Exigimos que o governo imperial nos dê um governador de nossa confiança, que olhe pelos nossos interesses, pelo nosso progresso, pela nossa dignidade, ou nos separaremos do centro e com a espada na mão saberemos morrer com honra, ou viver com liberdade.

(Bento Gonçalves [carta ao Regente Feijó, setembro de 1835] *apud* Sandra Jatahy Pesavento. *A Revolução Farroupilha*, 1986.)



Entre os motivos da Revolução Farroupilha, podemos citar

- A) o desejo rio-grandense de maior autonomia política e econômica da província frente ao poder imperial, sediado no Rio de Janeiro.
- B) a incorporação, ao território brasileiro, da Província Cisplatina, que passou a concorrer com os gaúchos pelo controle do mercado interno do charque.
- C) a dificuldade de controle e vigilância da fronteira sul do império, que representava constante ameaça de invasão espanhola e platina.
- D) a proteção do charque rio-grandense pela Corte, evitando a concorrência do charque estrangeiro e garantindo os baixos preços dos produtos locais.
- E) a destruição das lavouras gaúchas pelas guerras de independência na região do Prata e a decorrente redução da produção agrícola no Sul do Brasil.

Comentários

A Revolução Farroupilha iniciou-se durante o período regencial e se estendeu até o Segundo Reinado, liderada pela elite gaúcha, formada principalmente por estancieiros criadores de gado e produtores de charque. É considerado um movimento republicano e separatista, apesar de que, no texto, ainda no primeiro momento da Revolução, os representantes dos rebeldes façam reivindicações, exigindo direitos e maior autonomia, e não a separação.

Gabarito: A

...

É isso aí pessoal. Aguardo vocês na nossa próxima aula.

Grande abraço, bons estudos e foco no sucesso!!!



@professorsergiohenrique



História e Atualidades com
Sergio Henrique



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.